



Comunicado

LSEG Data & Analytics>bcp.ls · Exchange>BCP
Bloomberg>bcp.pl · ISIN · PTBCPOAM0015

Millennium
bcp

30 de julho de 2025

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 30 de junho de 2025

Um Banco sólido e eficiente

Rendibilidade

- **Resultado líquido** do Grupo ascende a **502,3 milhões de euros** no primeiro semestre de 2025, correspondendo a um **aumento de 3,5%** em relação ao período homólogo de 2024, atingindo em junho de 2025 um **ROE de 14,3%**.
- **Resultado líquido** da **atividade em Portugal aumenta 3,2%** passando de 411,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2024 para **424,0 milhões de euros** no primeiro semestre de 2025.
- **Resultado líquido** das **operações internacionais¹ cresce 11,8%** passando de 131,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2024 para **146,6 milhões de euros** no primeiro semestre de 2025 com destaque para o **Bank Millennium** que registou um **resultado líquido de 121,1 milhões de euros** no primeiro semestre de 2025, apesar dos **encargos de 276,5² milhões de euros** associados à carteira de **créditos hipotecários em francos suíços** (dos quais **218,2² milhões de euros** em provisões).

Modelo de negócio

- **Sólidos rácios de capital CETI³ de 16,2%** e **rácio de capital total³ de 20,2%**, incorporando os efeitos decorrentes da CRR3⁴.
- **Indicadores de liquidez⁵ muito acima dos requisitos regulamentares. LCR: 336%; NSFR: 181% e LtD: 69%**. Ativos disponíveis para financiamento junto do BCE de 31,6 mil milhões de euros.
- **Recursos Totais de Clientes no Grupo crescem 5,5%** para **106,2 mil milhões de euros** e **Crédito a Clientes aumenta 3,4%** para **60,3 mil milhões de euros** face a junho de 2024. Em **Portugal**, os **Recursos Totais de Clientes aumentaram 3,2 mil milhões de euros** e o **Crédito a Clientes 1,8 mil milhões de euros** face a junho de 2024.
- **Ativos não produtivos com redução relevante** face a junho de 2024: redução de **336 milhões de euros** em **NPE**, **70 milhões de euros** em **fundos de reestruturação** e **19 milhões de euros** em **imóveis** recebidos por recuperação.
- **Custo do risco do Grupo situou-se em 30 p.b.** no primeiro semestre de 2025, que compara com 34 p.b.⁶ no período homólogo do ano anterior. Em **Portugal** o **custo do risco** situou-se nos **33 p.b.** que compara com 28 p.b.⁶ no período homólogo do ano anterior.
- **Mais de 7 milhões de Clientes ativos** com destaque para o **aumento de 9%** dos **Clientes mobile** que **representam 73%** da base de Clientes em junho de 2025.

¹ Antes de interesses que não controlam. ² Inclui provisões para riscos legais, custos com acordos extrajudiciais e consultoria legal. Não inclui provisões relacionadas com a carteira de créditos hipotecários em CHF do Euro Bank (garantida por entidade terceira). Antes de impostos e interesses que não controlam. ³ Rácio *fully implemented* estimado incluindo 25% dos resultados não auditados do 1S25. ⁴ *Capital Requirement Regulation 3* (CRR3) ⁵ *Liquidity Coverage Ratio* (LCR); *Net Stable Funding Ratio* (NSFR); *Loans to Deposits Ratio* (LtD). ⁶ Custo do risco inclui reversão de imparidades ocorrida no 2T24. Sem esse efeito o custo do risco seria de 50 p.b. no Grupo e 52 p.b. na atividade em Portugal no 1S24.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto.

Capital Social: 3.000.000.000 euros.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto com o número único de matrícula e de identificação fiscal 501525882.

LEI: JU1U650DG9YL7N8ZV32

DIREÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Bernardo Collaço

Telf. +351 211 131 084

investors@millenniumbcp.pt

bernardo.collaco@millenniumbcp.pt

alexandre.moita@millenniumbcp.pt

CONTACTO DE IMPRENSA

Erik T. Burns

Telf. +351 211 131 242

Tlm. +351 917 265 020

erik.burns@millenniumbcp.pt

cintia.barbas@millenniumbcp.pt

SÍNTESE DE INDICADORES (1)

Milhões de euros

	30 jun. 25	30 jun. 24 (reexpresso ²)	Var. 25/24
BALANÇO			
Ativo total	105.466	99.698	5,8 %
Situação líquida	8.404	7.627	10,2 %
Crédito a clientes (líquido)	58.936	56.726	3,9 %
Recursos totais de clientes	106.246	100.678	5,5 %
Recursos de clientes de balanço	87.321	83.873	4,1 %
Depósitos e outros recursos de clientes	85.950	82.555	4,1 %
Crédito a clientes (líq.) / Depósitos e outros recursos de clientes (3)	68,6 %	68,7 %	
Crédito a clientes (líq.) / Recursos de clientes de balanço	67,5 %	67,6 %	
RESULTADOS			
Margem financeira	1.444,1	1.397,5	3,3 %
Produto bancário	1.848,0	1.749,5	5,6 %
Custos operacionais	683,5	618,8	10,5 %
Custos operacionais excluindo itens específicos (4)	680,7	616,5	10,4 %
Resultados de modificações	(5,1)	(61,0)	91,6 %
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	89,8	98,1	(8,5 %)
Outras imparidades e provisões	280,6	291,8	(3,8 %)
Impostos sobre lucros	218,4	137,8	58,5%
Resultado líquido	502,3	485,3	3,5 %
RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA			
Produto bancário / Ativo líquido médio (3)	3,6 %	3,6 %	
Rendibilidade do ativo médio (ROA)	1,1 %	1,1 %	
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam / Ativo líquido médio (3)	1,5 %	1,4 %	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	14,3 %	15,4 %	
Rendibilidade dos capitais próprios tangíveis (ROTE)	14,9 %	16,0 %	
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam / Capitais próprios médios (3)	19,9 %	19,2 %	
Taxa de margem financeira	2,97 %	3,08 %	
Rácio de eficiência core (4)	36,6 %	34,3 %	
Rácio de eficiência (3)	37,0 %	35,4 %	
Rácio de eficiência (3)(4)	36,8 %	35,2 %	
Rácio de eficiência - atividade em Portugal (3)(4)	34,7 %	32,6 %	
Custos com o pessoal / Produto bancário (3)(4)	20,6 %	19,3 %	
QUALIDADE DO CRÉDITO			
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.) (5)	30	34	
Non-Performing Exposures (crédito) / Crédito a clientes	2,7 %	3,4 %	
Imparidade do crédito (balanço) / NPE (crédito)	84,5 %	81,5 %	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	2,2 %	3,0 %	
LIQUIDEZ			
Liquidity Coverage Ratio (LCR)	336 %	296 %	
Net Stable Funding Ratio (NSFR)	181 %	175 %	
CAPITAL (6)			
Rácio common equity tier I phased-in	16,4 %	16,2 %	
Rácio common equity tier I fully implemented	16,2 %	16,2 %	
Rácio total fully implemented	20,2 %	20,6 %	
SUCURSAIS			
Atividade em Portugal	396	398	(0,5 %)
Atividade internacional	796	804	(1,0 %)
COLABORADORES			
Atividade em Portugal	6.224	6.274	(0,8 %)
Atividade internacional (7)	9.572	9.431	1,5 %

Notas:

(1) Alguns indicadores são apresentados segundo os critérios de gestão do Grupo, cujos conceitos se encontram descritos e detalhados no glossário.

(2) No quarto trimestre de 2024, efetuou-se uma reclassificação entre a rubrica "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados" e a rubrica "Investimentos em associadas". Os valores históricos considerados para efeitos da presente análise estão apresentados de acordo com a reclassificação efetuada, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, divergindo, portanto, dos valores contabilísticos divulgados (6 milhões de euros em junho de 2024).

Na sequência da alteração dos critérios de apuramento dos recursos fora de balanço, por parte da subsidiária polaca no quarto trimestre de 2024, procedeu-se à reexpressão dos respetivos saldos tendo resultado um aumento de 34 milhões de euros com referência ao final de junho de 2024.

No primeiro trimestre de 2025, o Banco reconheceu como outros proveitos de exploração líquidos os custos associados à avaliação de imóveis relativas a crédito imobiliário, reconhecidos como comissões associadas a crédito e garantias e como outros gastos administrativos em períodos anteriores. Os valores históricos considerados para efeitos da presente análise foram reclassificados, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, divergindo, portanto, dos valores contabilísticos divulgados. O impacto destas reclassificações no primeiro semestre de 2024 foi de -2.5 milhões de euros em outros proveitos de exploração líquidos, por contrapartida de comissões (+1,8 milhões de euros) e de outros gastos administrativos (-0,7 milhões de euros).

Adicionalmente, no segundo trimestre de 2025, foram reclassificadas outras comissões, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os valores históricos das rubricas objeto de reclassificação, considerados para efeitos da presente análise, estão apresentados de acordo com as reclassificações efetuadas, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade. Em junho de 2024, o impacto foi de +0,9 milhões de euros em comissões associadas a cartões e transferências de valores, em contrapartida de -1,0 milhão de euros em comissões de gestão e manutenção de contas e de +0,2 milhões de euros em outras comissões bancárias. O montante total das comissões líquidas divulgado em períodos anteriores manteve-se inalterado.

No segundo trimestre de 2025, o Banco procedeu à reclassificação de operações de crédito titulado, anteriormente incluídas na Carteira de títulos (Títulos de dívida detidos não associados a operações de crédito) passando a reconhecê-las como Crédito a clientes (Títulos de dívida detidos associados a operações de crédito). Os valores históricos considerados para efeitos da presente análise estão apresentados de acordo com a reclassificação efetuada, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, divergindo, portanto, dos valores contabilísticos divulgados (1.105 milhões de euros antes de imparidade em junho de 2024). Em junho de 2024, a imparidade de balanço associada a estas operações totalizava 3,7 milhões de euros, pelo que o impacto líquido de imparidade na carteira de Crédito a clientes e na Carteira de títulos foi de 1.102 milhões de euros em junho de 2024. Esta reclassificação contabilística conduziu também à reclassificação dos respetivos resultados, nomeadamente entre outras imparidades e provisões e imparidade do crédito (1,1 milhões de euros em junho de 2024). Os resultados provenientes destas operações, associados quer à margem financeira quer aos resultados em operações financeiras, foram igualmente reclassificados, pese embora o montante total de cada uma das rubricas não tenha sofrido alterações face aos montantes divulgados em períodos anteriores.

Todos os indicadores associados às reclassificações acima referidas foram reexpressos em conformidade.

(3) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente.

(4) Exclui o impacto dos itens específicos: impacto negativo de 2,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2025 e impacto também negativo no montante de 2,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2024. Em ambos os períodos, os itens específicos foram reconhecidos em custos com o pessoal na atividade em Portugal e incluem custos com saídas de colaboradores, nomeadamente, com reformas antecipadas e indemnizações. No primeiro semestre de 2025, os itens específicos incluem ainda uma reversão de custos com financiamento de crédito à habitação a ex-colaboradores e no primeiro semestre de 2024, um proveito reconhecido após celebração de acordo relacionado com responsabilidades com ex-administradores do Banco.

(5) Inclui o impacto da reversão de determinadas imparidades ocorrida na atividade em Portugal no segundo trimestre do ano anterior. Excluindo esse impacto, o custo do risco do Grupo, no primeiro semestre de 2024, situou-se em 50 pontos base

(6) Os rácios de capital com referência a 30 de junho de 2025 são estimados, incluindo 25% dos resultados não auditados do primeiro semestre de 2025.

(7) Dos quais, na Polónia: 6.909 colaboradores em 30 de junho de 2025 (correspondendo a 6.786 FTE - *full-time equivalent*) e 6.834 colaboradores em 30 de junho de 2024 (correspondendo a 6.710 FTE - *full-time equivalent*).

ANÁLISE DA RENDIBILIDADE

RESULTADO LÍQUIDO

Nos primeiros seis meses de 2025, o resultado líquido consolidado do Millennium bcp ascendeu a 502,3 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 3,5% face aos 485,3 milhões de euros apurados em igual período do ano anterior e a uma rendibilidade dos capitais próprios (ROE) do Grupo de 14,3%.

O crescimento do resultado líquido do Grupo face ao primeiro semestre de 2024 foi determinado pelo desempenho favorável quer da atividade em Portugal, quer da subsidiária polaca, sendo que os resultados apresentados pelo Millennium bim em Moçambique se revelaram inferiores face aos alcançados nos primeiros seis meses de 2024. De referir, todavia, que o desempenho da subsidiária em Moçambique se encontra condicionado pelos impactos decorrentes da descida da notação de *rating* da dívida soberana daquele país.

O resultado líquido do Grupo, face ao primeiro semestre de 2024, beneficiou do aumento dos proveitos *core*, dos resultados em operações financeiras e dos resultados de modificações, assim como da redução das imparidades e provisões. Por outro lado, o desempenho dos custos operacionais e dos outros proveitos de exploração líquidos contribuíram de forma desfavorável para a evolução do resultado líquido do Grupo face ao período homólogo do ano anterior.

Os proveitos *core* cresceram 3,5% (+62,5 milhões de euros), para 1.857,9 milhões de euros no final do primeiro semestre do ano corrente, devido maioritariamente ao desempenho da margem financeira do Grupo, que apresentou uma subida de 3,3% (+46,5 milhões de euros), ascendendo a 1.444,1 milhões de euros no final de junho de 2025. Esta evolução decorreu de dinâmicas distintas nas várias geografias, com o impacto do aumento da margem financeira na atividade internacional a ser atenuado pela redução a que se assistiu na atividade em Portugal.

As comissões líquidas, por sua vez, apresentaram um crescimento de 4,0% (+16,0 milhões de euros) face ao primeiro semestre do ano anterior, totalizando 413,8 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2025. Esta evolução decorre maioritariamente do aumento das comissões na atividade em Portugal, nomeadamente no que respeita à atividade de *bancassurance*, refletindo a atualização das comissões de distribuição suportadas pelas seguradoras.

O aumento significativo dos resultados em operações financeiras, de 5,4 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2024 para 55,8 milhões de euros no mesmo período do ano corrente, também contribui largamente para a evolução favorável do resultado do Grupo no último ano, ficando a dever-se maioritariamente à redução dos custos suportados pela subsidiária polaca com a conversão de créditos hipotecários concedidos em francos suíços, na sequência dos acordos entretanto celebrados com os clientes, devido à utilização neste semestre de parte das provisões constituídas para cobrir estes custos. Na atividade em Portugal, os resultados em operações financeiras também evoluíram de forma favorável.

O resultado líquido do Grupo foi igualmente influenciado de forma favorável pela evolução dos resultados de modificações na subsidiária polaca, de 61,0 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2024 para 5,1 milhões de euros também negativos nos primeiros seis meses de 2025 (+55,9 milhões de euros).

Esta evolução reflete, maioritariamente, o reconhecimento, no primeiro semestre de 2024, do impacto estimado dos custos decorrentes do programa de moratórias (*credit holidays*), no montante de 46,6 milhões de euros, inexistente no primeiro semestre de 2025. Refira-se que o montante reconhecido no primeiro semestre de 2024 resultou da estimativa efetuada pelo Bank Millennium em relação ao impacto nos resultados do Grupo, após a promulgação de uma lei que prorrogou as moratórias de crédito para mutuários de créditos hipotecários denominados em zlotis por mais quatro meses em 2024. No terceiro e no quarto trimestres de 2024, tendo em conta a participação dos mutuários com hipotecas elegíveis para as *credit holidays*, o Bank Millennium reduziu o custo estimado para um valor final de 26,2 milhões de euros em 2024. Os resultados de modificações associados a modificações contratuais negociadas com clientes devedores de créditos hipotecários em moeda estrangeira, na subsidiária polaca também evoluíram de forma favorável.

O desempenho favorável do resultado líquido do Grupo resultou também da redução das imparidades e provisões. As outras imparidades e provisões diminuíram 3,8% (-11,2 milhões de euros) face ao montante reconhecido no primeiro semestre de 2024, ascendendo a 280,6 milhões de euros, tendo beneficiado da melhoria

verificada na atividade em Portugal, cujo impacto foi parcialmente absorvido pelo aumento registado nesta rubrica na atividade internacional.

Com efeito, apesar da diminuição de 19,2 milhões de euros registada nas provisões adicionais para fazer face ao risco de litigância implícito na carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira na subsidiária polaca (-19,6 milhões de euros, considerando os montantes líquidos do valor originado pelas operações do Euro Bank S.A., a ser ressarcido por entidade terceira, reconhecidos em outros proveitos de exploração líquidos), a evolução desta rubrica foi também largamente influenciada pela constituição de imparidades na subsidiária em Moçambique, para fazer face aos impactos decorrentes da descida do *rating* da dívida soberana daquele país.

As dotações para a imparidade do crédito (líquida de recuperações), por sua vez, diminuíram 8,5% (-8,3 milhões de euros), totalizando, em termos consolidados, 89,8 milhões de euros no final de junho de 2025. A evolução das dotações para a imparidade do crédito líquidas de recuperações beneficiou da melhoria verificada na atividade internacional, sendo que na atividade em Portugal as dotações para a imparidade do crédito líquidas de reversões do primeiro semestre de 2025 foram superiores face às contabilizadas no período homólogo do ano anterior, comparação influenciada pela reversão de imparidades ocorrida no segundo trimestre do ano anterior.

Não obstante a prossecução de uma gestão disciplinada dos custos por parte do Grupo, a evolução do seu Resultado líquido face ao período homólogo do ano anterior foi condicionada pelo aumento de 10,5% (+64,8 milhões de euros) nos custos operacionais, para 683,5 milhões de euros no final de junho de 2025.

Tanto os custos com o pessoal como os outros gastos administrativos e as amortizações e depreciações assumiram valores superiores aos registados no período homólogo do ano anterior, sendo que os custos com o pessoal registaram o aumento mais expressivo quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional.

O resultado líquido do Grupo face ao primeiro semestre de 2024 foi também condicionado pela evolução dos outros proveitos de exploração líquidos, de 72,9 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2024 para 97,6 milhões de euros também negativos no primeiro semestre de 2025 (-24,8 milhões de euros), refletindo essencialmente o desempenho da subsidiária polaca.

O aumento de 51,9 milhões de euros registado nas contribuições obrigatórias suportadas pela subsidiária polaca (para 74,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2025) foi determinante para esta evolução, pese embora o seu impacto tenha sido atenuado pela diminuição dos custos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira (-22,5 milhões de euros, no que a esta rubrica diz respeito).

Globalmente, o impacto antes de impostos e interesses que não controlam associado à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira evoluiu de um custo de 376,0 milhões de euros para um custo de 276,5 milhões de euros, continuando a condicionar os resultados do Grupo.

No primeiro semestre de 2025, o resultado operacional *core* do Grupo ascendeu a 1.174,3 milhões de euros, mantendo-se em linha (-0,2%) com o montante alcançado no primeiro semestre do ano anterior, com o aumento registado nos proveitos *core* a compensar o aumento dos custos operacionais.

A análise efetuada anteriormente não exclui o impacto dos itens específicos reconhecidos em cada um dos períodos em custos com o pessoal na atividade em Portugal. Tanto no primeiro semestre de 2025, como no primeiro semestre de 2024, o impacto dos itens específicos, antes de impostos e interesses que não controlam, foi negativo no montante de 2,8 milhões de euros e de 2,2 milhões de euros, respetivamente. Excluindo o impacto dos itens específicos em ambos os períodos, o resultado operacional *core* do Grupo, também se situou no mesmo patamar que no primeiro semestre do ano anterior (-0,1%) cifrando-se em 1.177,1 milhões de euros no primeiro semestre do ano corrente.

Na atividade em Portugal, o resultado líquido no primeiro semestre de 2025 ascendeu a 424,0 milhões de euros, crescendo 3,2% face aos 411,0 milhões de euros alcançados no semestre homólogo do ano anterior.

Para a evolução favorável do resultado líquido na atividade em Portugal contribuiu em larga medida a redução significativa das outras imparidades e provisões para 5,6 milhões de euros no final de junho de 2025, correspondendo a uma redução de 24,1 milhões de euros (-81,2%) face ao montante apurado no primeiro semestre de 2024.

Os resultados em operações financeiras também influenciaram de forma positiva o resultado líquido da atividade em Portugal apresentando uma evolução significativa (+11,7 milhões de euros) face ao período homólogo do ano anterior, para 7,0 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2025.

O resultado líquido da atividade em Portugal beneficiou ainda da evolução dos proveitos *core*, de 961,1 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2024, para 965,9 milhões de euros no primeiro semestre do ano corrente. Esta evolução reflete por um lado o aumento de 6,7% (+19,3 milhões de euros) registado nas comissões líquidas, para um total de 307,1 milhões de euros, e por outro, o desempenho da margem financeira, que diminuiu 2,2% (-14,5 milhões de euros) no mesmo período, totalizando 658,8 milhões de euros, no final do primeiro semestre do ano corrente. O aumento das comissões líquidas decorreu maioritariamente das comissões associadas à atividade de *bancassurance*, refletindo a atualização das comissões de distribuição suportadas pelas seguradoras.

O desempenho da atividade em Portugal reflete também a evolução favorável dos outros proveitos de exploração líquidos, de 25,3 milhões de euros negativos na primeira metade de 2024 para 21,6 milhões de euros também negativos no primeiro semestre de 2025 (+3,7 milhões de euros). A redução dos custos suportados com as contribuições obrigatórias a que o Banco está sujeito, no montante de 6,9 milhões de euros, foi decisiva para este desempenho. No primeiro semestre de 2025, o montante global das contribuições obrigatórias na atividade em Portugal, ascendeu a 32,8 milhões de euros.

Importa referir que, na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 478/2025 proferido em 3 de junho de 2025, que declarou a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, do Regime do Adicional de Solidariedade sobre o Setor Bancário, o Banco não efetuou a autoliquidação e pagamento deste imposto no primeiro semestre de 2025, tendo ainda reconhecido nesse período um proveito referente ao imposto pago em 2021 no montante de 6,2 milhões de euros, que compara com um custo de 5,1 milhões de euros reconhecido no primeiro semestre do ano anterior. Para a evolução favorável dos outros proveitos de exploração líquidos, na atividade em Portugal, contribuiu também o aumento dos resultados de alienação de ativos face ao montante reconhecido no primeiro semestre do ano anterior.

Em contrapartida, o resultado líquido na atividade em Portugal foi condicionado pelo aumento de 8,5% (+26,8 milhões de euros) registado nos custos operacionais que totalizaram 342,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2025. A evolução dos custos operacionais ficou a dever-se maioritariamente ao aumento dos custos com o pessoal, sendo que os outros gastos administrativos e as amortizações e depreciações, apesar de também se situarem acima do montante apurado no primeiro semestre de 2024, tiveram um impacto menos expressivo na evolução dos custos operacionais face ao semestre homólogo do ano anterior. Importa salientar que, no segundo semestre de 2024, o Banco reconheceu na rubrica de custos com pessoal aumentos salariais e de remuneração variável, entre outros com menor expressão, com efeitos a 1 de janeiro de 2024, sendo que, em 2025, os correspondentes aumentos estão a ser periodificados e reconhecidos desde o início do exercício. Refira-se que a revisão das tabelas salariais decorrente das negociações com os sindicatos relativa a 2024, que se prolongaram pelo segundo semestre do ano, compreendeu logo a revisão aplicável ao ano de 2025. Caso aqueles aumentos registados apenas no segundo semestre de 2024 tivessem sido periodificados desde o início do ano, os custos operacionais na atividade em Portugal no primeiro semestre de 2024 teriam ascendido a 325,8 milhões de euros e a taxa de variação entre os dois períodos corresponderia a um aumento de 5,1%, que representa, assim, a taxa de variação em base comparável.

Pese embora a melhoria do perfil de risco da carteira de crédito no último ano, na atividade em Portugal, as dotações para imparidade do crédito (líquida de recuperações) que totalizaram 68,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2025, evidenciam um aumento de 23,7% (+13,2 milhões de euros) face ao montante reconhecido no primeiro semestre de 2024, que havia beneficiado da reversão de imparidades ocorrida no segundo trimestre desse ano.

O impacto conjunto da evolução dos proveitos *core* e dos custos operacionais, na atividade em Portugal, traduziu-se numa redução de 3,4% do resultado operacional *core*, de 645,4 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2024, para 623,5 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2025.

Excluindo os itens específicos referidos anteriormente (impactos negativos de 2,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2025 e de 2,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2024, ambos reconhecidos em custos com o pessoal), o resultado operacional *core* na atividade em Portugal diminuiu 3,3% de 647,6 milhões de euros para 626,3 milhões de euros.

Na atividade internacional, o resultado líquido dos primeiros seis meses de 2025 ascendeu a 78,3 milhões de euros, situando-se 5,4% acima dos 74,3 milhões de euros apurados no primeiro semestre do ano anterior, com o impacto dos melhores resultados obtidos pelo Bank Millennium na Polónia a ser em grande medida anulado pela redução registada nos resultados do Millennium bim em Moçambique.

Com efeito, o resultado líquido do Bank Millennium ascendeu a 121,1 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2025, evidenciando um crescimento significativo de 46,2% face aos 82,8 milhões de euros apurados no primeiro semestre do ano anterior. O desempenho da subsidiária polaca foi influenciado de forma favorável pela redução do montante global dos custos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira, pelo aumento dos proveitos *core*, pela inexistência de custos associados a moratórias (*credit holidays*), ao contrário do que havia acontecido no primeiro semestre de 2024, e pela redução das imparidades e provisões. Em contrapartida, registou-se um acréscimo dos custos operacionais e do custo suportado com as contribuições obrigatórias a que a subsidiária polaca está sujeita.

No que respeita ao Millennium bim em Moçambique, o resultado líquido apresentado ascendeu a 23,7 milhões de euros no final dos primeiros seis meses de 2025, significativamente aquém (-49,3%) do montante apurado nos primeiros seis meses de 2024. Este desempenho foi fortemente condicionado, conforme já referido, pelos impactos decorrentes do contexto atual do país, nomeadamente pela descida do *rating* da dívida soberana, que se traduziu num aumento expressivo da constituição de imparidade de ativos financeiros. Ainda que em menor dimensão, a evolução do resultado líquido do Millennium bim em Moçambique reflete também o aumento registado nos custos operacionais e na imparidade do crédito. Os proveitos *core*, por sua vez, contribuíram de forma positiva para a evolução do resultado da subsidiária moçambicana face ao primeiro semestre de 2024, beneficiando do aumento da margem financeira, impulsionado pela redução do requisito local de reservas de caixa não remuneradas a manter junto do banco central, aplicada em janeiro de 2025.

O contributo da operação angolana para os resultados da atividade internacional, através da apropriação dos resultados do Banco Millennium Atlântico reconhecidos em resultados por equivalência patrimonial, não variou significativamente em termos absolutos, tendo totalizado 1,8 milhões de euros nos primeiros seis meses do ano corrente.

No que respeita ao resultado operacional *core* da atividade internacional assistiu-se a um crescimento de 3,7%, de 531,2 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2024, para 550,8 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2025, com o aumento dos proveitos *core* a mais do que compensar o acréscimo nos custos operacionais.

MARGEM FINANCEIRA

Nos primeiros seis meses de 2025, a margem financeira do Grupo ascendeu a 1.444,1 milhões de euros, crescendo 3,3% face aos 1.397,5 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior, com a redução registada na atividade em Portugal a ser largamente compensada pelo aumento observado na atividade internacional.

Com efeito, na atividade em Portugal, a margem financeira totalizou 658,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2025, situando-se 2,2% abaixo dos 673,3 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2024.

O desempenho da margem financeira na atividade em Portugal, no último ano, decorreu sobretudo do menor rendimento gerado pela carteira de crédito a clientes, parcialmente compensado pela redução dos custos de *funding* e pelo maior rendimento gerado pela carteira de títulos.

A redução do rendimento gerado pela carteira de crédito a clientes face ao primeiro semestre do ano anterior reflete acima de tudo a redução das taxas de juro, tendo o ligeiro aumento verificado no saldo médio da carteira sido insuficiente para mitigar esse efeito. O rendimento gerado pelas aplicações líquidas no Banco de Portugal, por sua vez, também foi inferior face ao registado um ano antes, pese embora o seu impacto na evolução da margem financeira tenha sido mais modesto.

Em contrapartida, refletindo a evolução das taxas de juro no último ano, os custos associados à remuneração da carteira de depósitos diminuíram face ao primeiro semestre de 2024. O saldo médio dos depósitos remunerados registou um aumento neste período, embora o seu impacto se afigure pouco expressivo na evolução dos custos.

Igualmente influenciados pela descida das taxas de juro aplicadas, também os custos suportados com a dívida emitida e passivos subordinados se revelaram inferiores face ao montante apurado no primeiro semestre do ano

anterior. Adicionalmente, a decisão do Banco, em outubro de 2024, de exercer a sua opção de reembolsar antecipadamente a totalidade de uma emissão *senior preferred* no montante de 350 milhões de euros, substituindo-a nesse mesmo mês por uma outra emissão de títulos representativos de dívida sénior preferencial no montante de 500 milhões de euros, colocada ao abrigo do *Euro Note Programme* do Banco, visando o cumprimento dos requisitos designados por “MREL” (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*), com uma taxa mais vantajosa, também contribuiu para esta evolução. Adicionalmente, em março de 2025 o Banco reembolsou antecipadamente a totalidade de uma emissão de dívida subordinada de 450 milhões de euros e recomprou parcialmente uma outra emissão da mesma natureza, contribuindo para a redução dos custos com a dívida subordinada emitida. Em contrapartida, realizou nesse mesmo mês uma nova emissão de títulos representativos de dívida subordinada *Tier 2* ao abrigo do seu *Euro Note Programme*, no montante de 500 milhões de euros.

O aumento do rendimento gerado pela carteira de títulos também contribuiu de forma favorável para a evolução da margem financeira, devido ao maior contributo do rendimento gerado pela carteira de dívida pública, decorrente do impacto positivo do reforço e rotação da carteira.

Na atividade internacional, a margem financeira ascendeu a 785,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2025, apresentando um crescimento de 8,4% face aos 724,3 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2024.

Esta evolução beneficiou do desempenho favorável quer da subsidiária polaca quer da subsidiária moçambicana, pese embora o impacto desta última tenha sido menos significativo. O aumento da margem na subsidiária polaca advém em larga medida do maior rendimento gerado pela carteira de títulos. O desempenho da margem financeira da subsidiária em Moçambique beneficiou da redução do requisito local de reservas de caixa não remuneradas a manter junto do banco central, aplicada em janeiro de 2025.

Em termos consolidados, a taxa de margem financeira passou de 3,08% no primeiro semestre de 2024 para 2,97% no primeiro semestre de 2025.

Na atividade em Portugal, a taxa de margem financeira, influenciada, principalmente, pela redução das taxas de juro subjacentes ao crédito concedido a clientes, evoluiu de 2,29% no primeiro semestre de 2024, para 2,12% no primeiro semestre de 2025.

A taxa de margem financeira na atividade internacional, por sua vez, evoluiu de 4,53% no primeiro semestre de 2024, para 4,47% no primeiro semestre de 2025, refletindo a redução neste indicador registada na subsidiária na Polónia, sendo de assinalar que, em maio de 2025, o banco central da Polónia efetuou uma redução nas taxas de referência. Em Moçambique, não obstante a prossecução do ciclo de redução de taxas de juro iniciado em 2024 pelo banco central, a redução, em janeiro de 2025, do requisito local de reservas de caixa não remuneradas, permitiu que a taxa de margem na subsidiária moçambicana evoluísse favoravelmente no último ano.

RESULTADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital, que incluem os dividendos e os rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e como ativos financeiros detidos para negociação, evoluíram de 32,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2024, para 31,8 milhões de euros no final de junho de 2025.

Nos primeiros seis meses de 2025, os resultados por equivalência patrimonial do Grupo totalizaram 31,0 milhões de euros, situando-se 1,8% (-0,6 milhões de euros) abaixo do montante apurado no primeiro semestre do ano anterior. Na atividade em Portugal, os resultados por equivalência patrimonial totalizaram 28,5 milhões de euros, situando-se 1,7% abaixo do montante apurado no período homólogo do ano anterior, enquanto que na atividade

internacional os resultados por equivalência patrimonial diminuíram 2,8%, para 2,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2025.

Os rendimentos de instrumentos de capital, provenientes exclusivamente da atividade da subsidiária polaca em ambos os anos, cifraram-se em 0,8 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2025, 7,0% acima do montante apurado no período homólogo do ano anterior.

COMISSÕES LÍQUIDAS

Na primeira metade de 2025, as comissões líquidas, no seu conjunto, totalizaram 413,8 milhões de euros, apresentando um crescimento de 4,0% face aos 397,8 milhões de euros registados no mesmo período do ano anterior.

Esta evolução decorreu sobretudo do desempenho da atividade em Portugal, refletindo em larga medida o crescimento das comissões associadas à atividade de *bancassurance*, decorrente principalmente da atualização das respetivas comissões de distribuição suportadas pelas seguradoras. Por outro lado, na atividade internacional, as comissões líquidas diminuíram face ao montante apurado um ano antes, pese embora com menor expressão.

Em termos consolidados, o desempenho favorável das comissões líquidas decorreu principalmente do crescimento das comissões bancárias, beneficiando também do aumento das comissões relacionadas com os mercados financeiros.

Com efeito, as comissões bancárias do Grupo situaram-se 3,2% (+10,7 milhões de euros) acima do montante apurado no semestre homólogo do ano anterior, ascendendo a 347,3 milhões de euros, no final do primeiro semestre do ano corrente, enquanto as comissões relacionadas com os mercados financeiros totalizaram 66,6 milhões de euros, aumentando 8,7% (+5,3 milhões de euros) face ao montante registado um ano antes.

COMISSÕES LÍQUIDAS

Milhões de euros

	6M25	6M24 (reexpresso)	Var. 25/24
COMISSÕES BANCÁRIAS	347,3	336,6	3,2 %
Cartões e transferências de valores	132,8	132,2	0,4 %
Crédito e garantias	64,0	64,6	(1,0 %)
<i>Bancassurance</i>	67,6	57,9	16,8 %
Gestão e manutenção de contas	81,6	78,6	3,9 %
Outras comissões	1,2	3,3	(63,2 %)
COMISSÕES RELACIONADAS COM MERCADOS	66,6	61,3	8,7 %
Operações sobre títulos	23,4	23,5	(0,7 %)
Gestão e distribuição de ativos	43,2	37,7	14,6 %
	413,8	397,8	4,0 %
das quais:			
Atividade em Portugal	307,1	287,8	6,7 %
Atividade internacional	106,7	110,1	(3,1 %)

Na atividade em Portugal, as comissões líquidas totalizaram 307,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2025, correspondendo a um crescimento de 6,7% face aos 287,8 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2024.

As comissões relacionadas com o negócio bancário totalizaram 257,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2025, sendo as principais responsáveis por esta evolução ao apresentar um crescimento de 7,7% (+18,3 milhões de euros), enquanto as comissões relacionadas com os mercados apresentaram um aumento menos significativo (+2,2%; +1,1 milhões de euros), totalizando 49,9 milhões de euros no final de junho de 2025.

O desempenho das comissões relacionadas com o negócio bancário na atividade em Portugal foi determinado pelo crescimento das comissões provenientes da atividade de *bancassurance*, decorrente do crescimento da atividade e principalmente da atualização das respetivas comissões de distribuição suportadas pelas seguradoras. As comissões associadas à gestão e manutenção de contas e a operações de crédito e garantias também tiveram desempenhos favoráveis face ao primeiro semestre do ano anterior. Por outro lado, o desempenho das comissões relacionadas com o negócio bancário, na atividade em Portugal, foi condicionado pela redução das comissões relacionadas com cartões e transferências de valores, que incluem os montantes cobrados pelas transações realizadas com cartões e respetivas redes de pagamento, pelas transferências bancárias e pela utilização de pontos de venda (POS) e das outras comissões bancárias.

Por sua vez, as comissões relacionadas com os mercados, na atividade em Portugal, beneficiaram da dinâmica das comissões de gestão e distribuição de ativos, sendo que as comissões relacionadas com operações sobre títulos se situaram abaixo do montante apurado no primeiro semestre de 2024.

Na atividade internacional, as comissões líquidas ascenderam a 106,7 milhões de euros, no final do primeiro semestre do ano corrente, situando-se 3,1% (-3,4 milhões de euros) abaixo do montante apurado no período homólogo do ano anterior, devido maioritariamente ao desempenho da subsidiária polaca. Para esta evolução contribuiu, em larga medida, a redução verificada nas comissões relacionadas com o negócio bancário, na medida em que as comissões relacionadas com os mercados financeiros, na atividade internacional, aumentaram significativamente face ao primeiro semestre de 2024.

RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Nos primeiros seis meses de 2025, os resultados em operações financeiras cifraram-se em 55,8 milhões de euros, evoluindo bastante favoravelmente face aos 5,4 milhões de euros negativos apurados no primeiro semestre do ano anterior, influenciados pelo menor impacto dos custos suportados pela subsidiária polaca com a conversão de créditos hipotecários concedidos em francos suíços na sequência dos acordos entretanto celebrados com os clientes detentores desses créditos.

Na atividade em Portugal, os resultados em operações financeiras evoluíram de 4,7 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2024, para ganhos de 7,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2025.

Na atividade internacional, a evolução dos resultados em operações financeiras, de um custo de 0,7 milhões de euros, para um proveito de 48,8 milhões de euros no final do primeiro semestre do ano corrente, foi determinada pela redução dos custos suportados pela subsidiária polaca com a conversão de créditos hipotecários concedidos em francos suíços, na sequência dos acordos entretanto celebrados com os clientes detentores desses créditos, de 46,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2024, para 5,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2025, devido à utilização neste semestre de parte das provisões constituídas para cobrir estes custos.

Na operação em Moçambique, os resultados em operações financeiras não variaram materialmente face ao primeiro semestre do ano anterior.

OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os outros proveitos de exploração líquidos incorporam, entre outros, os custos relacionados com os fundos de garantia de depósitos e de resolução, bem como com as restantes contribuições obrigatórias, quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional.

Nos primeiros seis meses de 2025, os outros proveitos de exploração líquidos totalizaram 97,6 milhões de euros negativos, que comparam com 72,9 milhões de euros também negativos apurados no primeiro semestre do ano anterior. Esta evolução decorre sobretudo do contributo da subsidiária polaca, cujo desempenho foi fortemente influenciado pelo acréscimo dos custos com as contribuições obrigatórias a que a subsidiária está sujeita, tendo este impacto sido atenuado pela redução dos custos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira reconhecidos nesta rubrica.

Na atividade em Portugal, os outros proveitos de exploração líquidos registaram uma melhoria, ao evoluir de 25,3 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2024 para 21,6 milhões de euros também negativos no final

do primeiro semestre de 2025. Nesta evolução destaca-se a redução dos custos suportados com as contribuições obrigatórias a que o Banco está sujeito, e os ganhos reconhecidos com a alienação de ativos, cujo impacto foi atenuado pelo desempenho de outros itens.

O montante global das contribuições obrigatórias na atividade em Portugal passou de 39,7 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2024 para 32,8 milhões de euros no mesmo período de 2025, correspondendo a uma redução de 17,4% neste período.

Esta evolução decorre, em larga medida, por um lado, do facto de no primeiro semestre de 2025 não ter sido pago o Adicional de Solidariedade sobre o Sector Bancário e, por outro, de ter sido reconhecido um proveito referente ao imposto pago em 2021 no montante de 6,2 milhões de euros, que compara com um custo de 5,1 milhões de euros reconhecido no primeiro semestre do ano anterior. Com efeito, na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 478/2025 proferido em 3 de junho de 2025, que declarou a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, do Regime do Adicional de Solidariedade sobre o Setor Bancário, não foi efetuada a autoliquidação e pagamento do imposto que, nos termos das regras anteriormente em vigor, seriam devidos até 30 de junho de 2025. O proveito reconhecido no primeiro semestre de 2025 resulta da decisão judicial favorável proferida no processo de contestação judicial do Adicional de Solidariedade sobre o Setor Bancário pago pelo BCP em 2021 e do respetivo trânsito em julgado. Os valores do Adicional de Solidariedade sobre o Setor Bancário relativos a outros exercícios anteriores que estão a ser contestados judicialmente ascendem a 24,4 milhões de euros.

O total agregado das restantes contribuições obrigatórias, no que à atividade em Portugal diz respeito, evidenciou um aumento face ao montante apurado no primeiro semestre de 2025, explicado principalmente pelas contribuições para o Fundo de Resolução Nacional (FRN). A contribuição para o FRN aumentou mais de 50% no último ano, de 6,5 milhões de euros, para 10,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2025, devido essencialmente ao aumento da taxa de contribuição de 0,032% para 0,049%. O custo suportado com a contribuição sobre o setor bancário, por sua vez, passou de 27,9 milhões de euros, para 28,6 milhões de euros, sendo que a contribuição para o fundo de garantia de depósitos, apesar de também se situar acima do montante apurado um ano antes, assumiu um montante menos significativo no âmbito desta análise, ascendendo a 0,3 milhões de euros nos primeiros seis meses do ano.

Por último, refira-se o facto de o Conselho Único de Resolução ter determinado que, tendo o Fundo Único de Resolução (FUR) atingido o seu nível-alvo, não iriam ser cobradas contribuições ex-ante em 2025, à semelhança do que havia sucedido em 2024.

A evolução favorável dos ganhos reconhecidos com a alienação de ativos decorreu do aumento dos ganhos associados a participações financeiras, cujo impacto foi parcialmente atenuado pelos menores resultados provenientes da alienação de ativos não correntes detidos para venda.

Na atividade internacional, os outros proveitos de exploração líquidos evoluíram de um custo de 47,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2024 para um custo de 76,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2025.

Este desempenho dos outros proveitos de exploração líquidos foi determinado pelo aumento dos custos associados às contribuições obrigatórias, atenuado pela redução dos custos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira, ambos verificados na subsidiária polaca.

Com efeito, os custos associados às contribuições obrigatórias suportados pela subsidiária polaca mais do que triplicaram, ao evoluir de 22,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2024 para 74,1 milhões de euros no mesmo período do ano corrente. Este aumento ficou a dever-se sobretudo ao custo suportado com o imposto especial sobre o sector bancário polaco, cujo pagamento havia estado suspenso na sequência da ativação do Plano de Recuperação do Bank Millennium no início do segundo semestre de 2022, voltando o Banco a estar sujeito ao seu pagamento após a conclusão da implementação do referido Plano de Recuperação, em junho de 2024. Nesse mesmo mês foram reconhecidos 8,0 milhões de euros referentes ao imposto especial sobre o sector bancário polaco que, no primeiro semestre de 2025 ascendeu a 47,4 milhões de euros. A contribuição para o fundo de garantia de depósitos do Bank Millennium, que em junho do ano anterior se encontrava suspensa na sequência da contribuição para o IPS (*Institutional Protection Scheme*) efetuada em 2022, ascendeu a 8,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2025, contribuindo assim, também, para o aumento do montante global das contribuições obrigatórias face ao primeiro semestre de 2024. Os encargos com o fundo de resolução por parte da subsidiária polaca também foram superiores face ao montante reconhecido no primeiro semestre de 2024, ainda que com um impacto menos significativo na evolução desta rubrica (18,0 milhões de euros nos

primeiros seis meses de 2025, face a 14,1 milhões de euros no período homólogo de 2024). Por outro lado, os impactos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira, no que a esta rubrica diz respeito, evoluíram significativamente de um custo de 27,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2024, para um custo de 4,5 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2025. Este desempenho reflete sobretudo a diminuição dos custos judiciais, incluindo os relacionados com os processos de reclamação interpostos pelo Bank Millennium para ressarcimento dos valores devidos pelos clientes. Por outro lado, os proveitos a receber de entidade terceira, como compensação pelos custos suportados com a constituição de provisões para fazer face ao risco legal implícito nos créditos hipotecários em moeda estrangeira, na sequência das cláusulas de indemnização e garantias contratuais previstas no contrato de aquisição do Euro Bank S.A., mantiveram-se num patamar semelhante face ao registado no primeiro semestre de 2024, totalizando 23,3 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2025.

CUSTOS OPERACIONAIS

No primeiro semestre de 2025, os custos operacionais totalizaram 683,5 milhões de euros, situando-se 10,5% acima dos 618,8 milhões de euros apurados no primeiro semestre do ano anterior. Pese embora a gestão disciplinada dos custos preconizada pelo Grupo, os custos operacionais foram superiores aos registados um ano antes, quer na atividade em Portugal quer nas subsidiárias polaca e moçambicana.

CUSTOS OPERACIONAIS

Milhões de euros

	6M25	6M24 (reexpresso)	Var. 25/24
Custos com o pessoal	383,3	339,7	12,8 %
Outros gastos administrativos	223,4	207,9	7,5 %
Amortizações e depreciações	76,8	71,2	7,9 %
	683,5	618,8	10,5 %
dos quais:			
Atividade em Portugal	342,4	315,6	8,5 %
Atividade internacional	341,2	303,1	12,5 %

Os montantes apresentados não excluem o impacto dos itens específicos reconhecidos em cada um dos períodos em custos com o pessoal na atividade em Portugal. Quer no primeiro semestre de 2025, quer no primeiro semestre de 2024 o impacto foi negativo no montante de 2,8 milhões de euros e de 2,2 milhões de euros, respetivamente.

Excluindo os itens específicos referidos, os custos operacionais do Grupo cifraram-se em 680,7 milhões de euros, situando-se 10,4% acima dos 616,5 milhões de euros contabilizados no primeiro semestre de 2024. Este aumento foi determinado pela evolução dos custos com o pessoal (+12,7%, +43,0 milhões de euros), refletindo o desempenho quer da atividade em Portugal quer da atividade internacional. Também os outros gastos administrativos e as amortizações e depreciações registaram um aumento face ao primeiro semestre de 2024, ainda que de menor dimensão, tanto na atividade em Portugal como na atividade internacional, tendo em termos consolidados aumentado, respetivamente, 7,5% (+15,6 milhões de euros) e 7,9% (+5,6 milhões de euros).

Excluindo os itens específicos referidos, o rácio de eficiência evoluiu de 35,2% para 36,8% e o rácio de eficiência *core* de 34,3% para 36,6% no período em análise.

Por sua vez, os rácios de eficiência e de eficiência *core stated*, evoluíram, respetivamente, de 35,4% para 37,0% e de 34,5% para 36,8%.

Na atividade em Portugal, os custos operacionais totalizaram 342,4 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2025, situando-se 8,5% acima dos 315,6 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2024. Importa salientar que, no segundo semestre de 2024, o Banco reconheceu na rubrica de custos com pessoal aumentos

salariais e de remuneração variável, entre outros com menor expressão, com efeitos a 1 de janeiro de 2024, sendo que, em 2025, os correspondentes aumentos estão a ser periodificados e reconhecidos desde o início do exercício. Caso aqueles aumentos registados apenas no segundo semestre de 2024 tivessem sido periodificados desde o início do ano, os custos operacionais no primeiro semestre de 2024 teriam ascendido a 325,8 milhões de euros e a taxa de variação entre os dois períodos corresponderia a um aumento de 5,1%, que representa, assim, a taxa de variação em base comparável.

Excluindo os itens específicos referidos anteriormente, os custos operacionais na atividade em Portugal aumentaram 8,4%, de 313,4 milhões de euros para 339,6 milhões de euros.

A evolução dos custos operacionais na atividade em Portugal, não considerando o impacto dos itens específicos, advém dos aumentos de 10,1% (+17,7 milhões de euros) registados nos custos com o pessoal, de 4,9% (+4,9 milhões de euros) nos outros gastos administrativos e de 9,6% (+3,5 milhões de euros) nas amortizações e depreciações.

Excluindo o impacto dos itens específicos, o rácio de eficiência na atividade em Portugal evoluiu de 32,6% para 34,7%, enquanto o rácio de eficiência *core* passou de 32,6% para 35,2%, no último ano.

Por sua vez, os rácios de eficiência e de eficiência *core stated* situaram-se em 34,9% e 35,4%, no primeiro semestre de 2025, valores que comparam respetivamente com 32,9% e 32,8% no primeiro semestre do ano anterior.

Na atividade internacional, os custos operacionais cifraram-se em 341,2 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2025, situando-se 12,5% acima dos 303,1 milhões de euros contabilizados no primeiro semestre do ano anterior. Esta evolução ficou a dever-se sobretudo ao desempenho da subsidiária polaca, pese embora na subsidiária em Moçambique os custos operacionais também se tenham revelado superiores face aos registados nos primeiros seis meses de 2024.

A evolução dos custos operacionais na atividade internacional decorreu dos aumentos de 15,7% (+25,3 milhões de euros) nos custos com o pessoal, de 9,9% (+10,6 milhões de euros) nos outros gastos administrativos e de 6,0% (+2,1 milhões de euros) nas amortizações e depreciações.

O rácio de eficiência na atividade internacional, evoluiu de 38,4% no primeiro semestre de 2024 para 39,3% no mesmo período do ano corrente, enquanto o rácio de eficiência *core*, por sua vez, passou de 36,3% para 38,2% no último ano.

CUSTOS COM O PESSOAL

Nos primeiros seis meses de 2025, os custos com o pessoal totalizaram 383,3 milhões de euros, situando-se 12,8% acima dos 339,7 milhões de euros contabilizados no primeiro semestre do ano anterior. Quer na atividade em Portugal quer na atividade internacional, os custos com o pessoal foram superiores face aos verificados no primeiro semestre do ano anterior. Não considerando o impacto dos itens específicos¹, os custos com o pessoal do Grupo cresceram 12,7% face aos 337,5 milhões de euros contabilizados no primeiro semestre do ano anterior, cifrando-se em 380,5 milhões de euros, no final do primeiro semestre do ano corrente.

Na atividade em Portugal, os custos com o pessoal *stated* totalizaram 196,7 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2025, situando-se 10,3% acima dos 178,4 milhões de euros apurados no primeiro semestre do ano anterior². Importa salientar que, no segundo semestre de 2024, o Banco reconheceu na rubrica de custos com pessoal aumentos salariais e de remuneração variável, entre outros com menor expressão, com efeitos a 1 de janeiro de 2024, sendo que, em 2025, os correspondentes aumentos estão a ser periodificados e reconhecidos desde o início do exercício. Refira-se que a revisão das tabelas salariais decorrente das negociações com os sindicatos relativa a 2024, que se prolongaram pelo segundo semestre do ano, compreendeu logo a revisão aplicável ao ano de 2025. Caso aqueles aumentos registados apenas no segundo semestre de 2024 tivessem sido periodificados desde o início do ano, os custos com o pessoal no primeiro semestre de 2024 teriam ascendido a

¹ Itens específicos: impacto negativo de 2,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2025 e impacto também negativo no montante de 2,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2024. Em ambos os períodos, os itens específicos foram reconhecidos em custos com o pessoal na atividade em Portugal e incluem custos com saídas de colaboradores, nomeadamente, com reformas antecipadas e indemnizações. No primeiro semestre de 2025, os itens específicos incluem ainda uma reversão de custos com financiamento de crédito à habitação a ex-colaboradores e no primeiro semestre de 2024, um proveito reconhecido após celebração de acordo relacionado com responsabilidades com ex-administradores do Banco.

² Não considerando o impacto dos itens específicos, o aumento foi de 10,1%, de 176,2 milhões de euros para 193,9 milhões de euros no período em análise.

188,7 milhões de euros e a taxa de variação entre os dois períodos corresponderia a um aumento de 4,3%, que corresponde, assim, à taxa de variação em base comparável.

Não obstante a contratação de novos colaboradores com competências específicas, nomeadamente no digital, novas tecnologias e áreas de controlo interno, o número de colaboradores na atividade em Portugal tem permanecido estável (menos 50 colaboradores do que em 30 de junho de 2024), fixando-se em 6.224 colaboradores no final de junho de 2025.

Na atividade internacional, os custos com o pessoal ascenderam a 186,6 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2025, situando-se 15,7% acima dos 161,3 milhões de euros apurados um ano antes. A subsidiária polaca foi a principal responsável por esta evolução, pese embora na subsidiária em Moçambique também se tenha assistido a um aumento dos custos com o pessoal face ao primeiro semestre do ano anterior, ainda que de menor dimensão.

Na subsidiária polaca, a evolução dos custos com o pessoal continuou a ser determinada pela forte pressão sobre os salários base que se continua a verificar no país e pela conjuntura que atravessa o mercado de trabalho polaco, com taxas de desemprego muito baixas. O aumento do número total de colaboradores desta subsidiária, de 6.834 colaboradores (6.710 FTE - *full-time equivalent*) no final do primeiro semestre de 2024, para 6.909 colaboradores (6.786 FTE - *full-time equivalent*) em 30 de junho de 2025, também contribuiu para o aumento dos custos com o pessoal no período em análise.

A operação em Moçambique, por sua vez, aumentou o seu quadro de pessoal, de 2.597 colaboradores em 30 de junho de 2024 para 2.663 colaboradores no final do primeiro semestre de 2025, o que conjuntamente com a atualização salarial, contribuiu para o crescimento dos custos com o pessoal no último ano.

Em 30 de junho de 2025, o quadro de pessoal da atividade internacional era composto por 9.572 colaboradores, que compara com 9.431 colaboradores existentes no final do primeiro semestre de 2024.

OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Não obstante a manutenção da gestão disciplinada dos custos preconizada pelo Grupo, os outros gastos administrativos situaram-se 7,5% acima dos 207,9 milhões de euros apurados no primeiro semestre do ano anterior, totalizando 223,4 milhões de euros no final do primeiro semestre do ano corrente. Esta evolução reflete o aumento dos custos quer na atividade em Portugal quer principalmente na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os outros gastos administrativos cifraram-se em 105,4 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 4,9% face aos 100,5 milhões de euros apurados um ano atrás.

Apesar da implementação de um conjunto de medidas recorrentes com vista à otimização da estrutura de custos do Banco, este desempenho reflete em larga medida o aumento dos custos associados a estudos e consultas, incluindo apoio em matérias de regulação e dos custos relacionados com *outsourcing* e trabalho independente.

Os custos com água, energia e combustíveis e os custos associados a publicidade e a informática, entre outros com impacto menos expressivo na evolução desta rubrica, também se revelaram superiores face ao montante apurado no primeiro semestre do ano anterior.

Em contrapartida, os custos associados a contencioso representam a principal redução face ao primeiro semestre de 2024, sendo que os outros fornecimentos e serviços também apresentaram uma redução significativa.

Na atividade internacional, os outros gastos administrativos ascenderam a 118,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2025, correspondendo a um aumento de 9,9% face aos 107,4 milhões de euros apurados no primeiro semestre do ano anterior. Esta evolução reflete principalmente o aumento registado na subsidiária polaca, mas também na subsidiária em Moçambique.

O Grupo mantém um processo de otimização da rede de sucursais com vista a servir eficientemente as necessidades dos mercados onde está presente. Em 30 de junho de 2025, a atividade em Portugal contava com uma rede de 396 sucursais, menos duas que na mesma data do ano anterior, enquanto na subsidiária polaca, o número de sucursais evoluiu de 609 sucursais no final de junho de 2024, para 601 sucursais em 30 de junho de

2025. A subsidiária em Moçambique, por sua vez, terminou o primeiro semestre de 2025 com 195 sucursais, tal como no final do primeiro semestre do ano anterior.

AMORTIZAÇÕES E DEPRECIações

As amortizações e depreciações totalizaram 76,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2025, situando-se 7,9% acima do montante contabilizado no primeiro semestre de 2024.

Na atividade em Portugal, o aumento das amortizações e depreciações foi de 9,6%, de 36,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2024, para 40,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2025, refletindo o reforço do investimento efetuado em *hardware* e *software*, em consonância com o compromisso assumido pelo Banco no que respeita ao processo de transformação tecnológica e digital.

Na atividade internacional, as amortizações e depreciações ascenderam a 36,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2025, situando-se 6,0% acima dos 34,5 milhões de euros registados no primeiro semestre de 2024, refletindo o desempenho quer da subsidiária polaca, quer da subsidiária moçambicana.

RESULTADOS DE MODIFICAÇÕES

Nos primeiros seis meses de 2025, os resultados de modificações totalizaram 5,1 milhões de euros negativos, que compara com 61,0 milhões de euros também negativos apurados no primeiro semestre do ano anterior.

Esta evolução reflete, maioritariamente, o reconhecimento, no primeiro semestre do ano anterior, do impacto estimado dos custos decorrentes do programa de moratórias (*credit holidays*), inexistente no primeiro semestre de 2025. Com efeito, na sequência da promulgação pelo Presidente da República polaco e do anúncio no Diário da República da Polónia da lei de 12 de abril de 2024 sobre alterações à lei em vigor de apoio aos mutuários de créditos hipotecários que se encontram em situação de debilidade financeira e à lei relativa ao *crowdfunding* para empreendimentos comerciais e assistência aos mutuários, que introduz, entre outros, a prorrogação das moratórias de crédito para mutuários de créditos hipotecários denominados em zlotis por mais quatro meses em 2024, o Bank Millennium estimou o impacto preliminar decorrente da aplicação desta lei nos resultados do Grupo, tendo reconhecido, no primeiro semestre de 2024, um custo com *credit holidays* no montante de 46,6 milhões de euros. De referir que, posteriormente, no terceiro e no quarto trimestres de 2024, tendo em conta a participação dos mutuários com créditos elegíveis para as *credit holidays*, o Bank Millennium reduziu o custo estimado para um valor final de 26,2 milhões de euros em 2024.

Os custos associados a modificações contratuais negociadas com clientes devedores de créditos hipotecários em moeda estrangeira, na subsidiária polaca, também contribuíram para a evolução favorável dos resultados de modificações, ao diminuir significativamente de 9,8 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2024 para 2,5 milhões de euros no mesmo período do ano corrente.

IMPARIDADE DO CRÉDITO

Nos primeiros seis meses de 2025, as dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações) totalizaram 89,8 milhões de euros, apresentando uma redução de 8,5% face aos 98,1 milhões de euros contabilizados no primeiro semestre do ano anterior. Esta evolução reflete o menor nível de provisionamento na atividade internacional, cujo impacto foi em larga medida atenuado pelo aumento registado na atividade em Portugal, na comparação com o período homólogo que havia beneficiado da reversão de imparidades ocorrida no segundo trimestre de 2024.

Com efeito, na atividade em Portugal, pese embora a melhoria do perfil de risco da carteira de crédito, as dotações para a imparidade do crédito (líquida de recuperações) aumentaram 23,7% face aos 55,6 milhões de

euros reconhecidos no primeiro semestre de 2024, totalizando 68,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2025, comparação influenciada pela reversão de imparidades ocorrida no segundo trimestre do ano anterior.

Na atividade internacional, as dotações para a imparidade do crédito (líquidas de recuperações) situaram-se significativamente abaixo (-50,6%) dos 42,5 milhões de euros reconhecidos no primeiro semestre de 2024, fixando-se em 21,0 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2025. Esta redução reflete sobretudo o desempenho da subsidiária polaca, influenciado pelo impacto da venda de créditos no primeiro semestre do ano corrente. Na subsidiária moçambicana a imparidade do crédito foi superior à registada no primeiro semestre de 2024.

A evolução das dotações para imparidade (líquida de recuperações), em termos consolidados, permitiu que o custo do risco do Grupo, líquido de recuperações, registasse uma melhoria em relação aos 34 pontos base observados no primeiro semestre de 2024 fixando-se em 30 pontos base no primeiro semestre de 2025. Excluindo o impacto da já referida reversão de determinadas imparidades ocorrida na atividade em Portugal no segundo trimestre do ano anterior, o custo do risco do Grupo, no primeiro semestre de 2024, foi de 50 pontos base.

Na atividade em Portugal, o custo do risco (líquido de recuperações) evoluiu de 28 pontos base no primeiro semestre de 2024 para 33 pontos base no mesmo período do ano corrente. Excluindo a reversão das já referidas imparidades no primeiro semestre do ano anterior, o custo do risco na atividade em Portugal nesse período foi de 52 pontos base.

Na atividade internacional, o custo do risco líquido de recuperações também melhorou significativamente no último ano, de 46 pontos base para 22 pontos base no primeiro semestre de 2025.

OUTRAS IMPARIDADES E PROVISÕES

Nos primeiros seis meses de 2025, as outras imparidades e provisões totalizaram 280,6 milhões de euros, evoluindo favoravelmente face aos 291,8 milhões de euros registados no primeiro semestre do ano anterior. Esta variação decorreu de dinâmicas distintas no que respeita às diversas geografias do Grupo, na medida em que o impacto da redução verificada na atividade em Portugal, e também na subsidiária polaca, foi em grande medida atenuada pelo aumento das outras imparidades e provisões registado na subsidiária em Moçambique, decorrente dos impactos da descida do *rating* da dívida soberana daquele país.

Na atividade em Portugal, as outras imparidades e provisões apresentaram uma redução significativa (-81,2%), evoluindo de 29,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2024 para 5,6 milhões de euros em igual período do ano corrente, devido sobretudo à redução das provisões para outros riscos e encargos.

Na atividade internacional, as outras imparidades e provisões ascenderam a 275,0 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2025, situando-se 4,9% acima dos 262,1 milhões de euros apurados um ano antes. Esta evolução reflete, sobretudo, a constituição de imparidades na subsidiária em Moçambique para fazer face aos impactos decorrentes da descida do *rating* da dívida soberana daquele país, cujo impacto foi atenuado pelo menor reforço, face ao primeiro semestre do ano anterior, da provisão constituída para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira, na subsidiária polaca.

No primeiro semestre de 2025, a provisão constituída pela filial polaca para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira foi 19,2 milhões de euros inferior face ao montante reconhecido no primeiro semestre do ano anterior, ascendendo a 241,5 milhões de euros. Por outro lado, o montante dos proveitos, reconhecidos na rubrica de outros proveitos de exploração líquidos, correspondentes ao valor a receber de entidade terceira, na sequência das cláusulas de indemnização e garantias contratuais previstas no contrato de aquisição do Euro Bank S.A. não variou materialmente no período em análise, totalizando 23,3 milhões de euros no final de junho de 2025.

IMPOSTOS

Os impostos (correntes e diferidos) sobre lucros ascenderam a 218,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2025, montante que compara com 137,8 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior.

Os impostos reconhecidos incluem, nos primeiros seis meses de 2025, impostos correntes de 45,4 milhões de euros (71,3 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2024) e impostos diferidos no montante de 173,0 milhões de euros (66,5 milhões de euros no mesmo período de 2024).

Os gastos por impostos correntes em 2024 e em 2025 foram condicionados pela constituição de provisões relacionadas com riscos legais associados à carteira de créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira e pelos tributos sobre o setor bancário, em ambos os casos não dedutíveis para efeitos fiscais na subsidiária polaca, e pela tributação autónoma dos juros da dívida pública na subsidiária moçambicana. Em 2025, os impostos correntes foram ainda influenciados positivamente pela correção da estimativa de imposto de 2024 da subsidiária polaca, por contrapartida da redução dos respetivos ativos por impostos diferidos, sem impacto no resultado líquido.

Os gastos com a redução de ativos por impostos diferidos em 2024 e 2025 decorrem sobretudo do resultado do período da atividade em Portugal, pela redução dos ativos por impostos diferidos garantidos ao abrigo do Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (REAIID) dada a evolução dos lucros tributáveis nos períodos em causa.

A evolução dos ativos por impostos diferidos em 2024 foi ainda condicionada, no que respeita à subsidiária polaca, pela decisão proferida pelo Supremo Tribunal Administrativo em 6 de dezembro de 2023. Com efeito, este tribunal confirmou que os gastos incorridos com o cancelamento dos contratos de crédito hipotecário indexados a moeda estrangeira e dos contratos de crédito hipotecário concedidos em moeda estrangeira (em particular em francos suíços) na sequência de decisões judiciais não são dedutíveis para efeitos fiscais, estabelecendo no entanto a possibilidade de ser recuperado o imposto corrente pago relativamente aos rendimentos (juros, comissões e ganhos cambiais) obtidos com tais contratos nos últimos cinco anos anteriores ao cancelamento. Na sequência da referida decisão judicial, o Bank Millennium reconheceu no primeiro semestre de 2024 um ativo por imposto diferido no valor de 222,6 milhões de zlotis (51,6 milhões de euros) relacionado com valores de impostos a serem recuperados no futuro relativamente a cancelamentos prováveis de contratos de créditos concedidos que têm presentemente associadas ações judiciais em curso e cujo desfecho se pode vir a revelar desfavorável.

BALANÇO

ATIVO TOTAL

O ativo total do balanço consolidado ascendeu a 105.466 milhões de euros em 30 de junho de 2025, evidenciando um crescimento de 5,8% face aos 99.698 milhões de euros apurados no final do primeiro semestre de 2024, tendo esta evolução sido impulsionada pelos aumentos de ativo verificados na atividade em Portugal e na atividade internacional (+2.888 milhões de euros e +2.880 milhões de euros, respetivamente).

Na atividade em Portugal, o ativo total fixou-se em 68.138 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2025, registando um aumento de 4,4% face aos 65.251 milhões de euros registados em 30 de junho de 2024. No que diz respeito à evolução das rubricas de balanço, verificou-se um crescimento na carteira de crédito a clientes (líquida de imparidade) e um reforço na carteira de títulos (sobretudo em dívida pública), explicado maioritariamente pela aplicação do excedente de liquidez decorrente do aumento dos recursos de clientes de balanço. Inversamente, verificaram-se reduções em ativos por impostos diferidos e em disponibilidades em bancos centrais.

Na atividade internacional, o ativo total fixou-se em 37.327 milhões de euros em 30 de junho de 2025, evidenciando um crescimento de 8,4% face aos 34.447 milhões de euros registados no final do primeiro semestre do ano anterior. Esta evolução reflete, em larga medida, o incremento do total do ativo da subsidiária polaca, impulsionado principalmente pelo aumento registado na carteira de títulos (sobretudo em dívida pública local), devido principalmente à aplicação do excedente de liquidez resultante do aumento dos recursos de clientes de balanço e também, numa menor extensão, pelo crescimento da carteira de crédito a clientes (líquido de imparidade). Por sua vez, na subsidiária em Moçambique, o ativo total registou um decréscimo pelo efeito da desvalorização cambial do metical neste período, com reflexo nas diminuições registadas nas disponibilidades em bancos centrais (na sequência da redução das reservas mínimas de caixa aplicada pelo banco central de Moçambique em janeiro de 2025) e na carteira de títulos, parcialmente compensadas pelo aumento observado em aplicações em instituições de crédito.

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito a clientes (bruto) consolidada do Millennium bcp, tal como definida no Glossário, cifrou-se em 60.313 milhões de euros em 30 de junho de 2025, registando um aumento de 3,4% face aos 58.329 milhões de euros apurados no final do primeiro semestre do ano anterior. Esta evolução reflete um aumento mais significativo na atividade em Portugal e também um ligeiro aumento registado na atividade internacional. Por segmentos, registou-se um crescimento mais expressivo no crédito hipotecário. Os segmentos de crédito a empresas e de crédito pessoal também apresentaram evoluções positivas, contudo com impacto mais moderado no crescimento da carteira.

Na atividade em Portugal, o crédito a clientes (bruto) fixou-se em 41.500 milhões de euros em 30 de junho de 2025, situando-se 4,6% acima dos 39.673 milhões de euros apurados no final do primeiro semestre de 2024, impulsionado sobretudo pelo dinamismo do crédito a particulares. Este aumento incorpora, por um lado, um aumento expressivo do crédito *performing* (+2.117 milhões de euros face ao valor registado na mesma data do ano anterior), e, por outro, uma redução das *non-performing exposures* (NPE) (-289 milhões de euros face à mesma data do ano anterior).

O crédito hipotecário na atividade em Portugal fixou-se em 20.523 milhões de euros em 30 de junho de 2025, registando um aumento de 7,9% face à mesma data do ano anterior, devido a uma crescente procura, impulsionada pela descida das taxas de juro e pelos incentivos estatais dirigidos aos jovens.

O crédito pessoal na atividade em Portugal também registou um aumento de 7,0% (+171 milhões de euros) face ao valor registado no final do primeiro semestre de 2024, fixando-se em 2.597 milhões de euros em 30 de junho de 2025, num contexto de melhoria do sentimento dos consumidores no período em análise.

Por sua vez, o crédito a empresas na atividade em Portugal registou um ligeiro aumento de 0,9% face ao final do primeiro semestre de 2024, cifrando-se em 18.381 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2025. Esta

evolução ligeiramente positiva ocorre num contexto de descida de taxas de juro, mas também de incerteza global e contrariando o efeito do reembolso das linhas Covid e da redução de NPE neste segmento.

Na atividade internacional, o crédito a clientes (bruto) fixou-se em 18.813 milhões de euros em 30 de junho de 2025, 0,8% acima dos 18.656 milhões de euros registados no final do primeiro semestre de 2024. Por geografias, verificou-se um crescimento ligeiro na subsidiária polaca (impulsionado pela evolução favorável do zloti, apesar da redução ligeira em moeda local), parcialmente anulado pelo decréscimo registado na subsidiária moçambicana.

O crédito hipotecário na atividade internacional totalizou 8.821 milhões de euros em 30 de junho de 2025, apresentando-se abaixo dos valores registados no final do primeiro semestre do ano anterior (9.273 milhões de euros em 30 de junho de 2024). Por geografias, observou-se uma redução na subsidiária polaca (neste caso, a redução do crédito hipotecário em moeda local foi atenuada pelo impacto da valorização do zloti). Na subsidiária em Moçambique também se verificou uma redução, contudo de menor dimensão.

O montante da carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira na subsidiária polaca deduzido da parcela respeitante ao Euro Bank S.A.³ diminuiu 235 milhões de euros (30 de junho de 2025: 204 milhões de euros; 30 de junho de 2024: 439 milhões de euros), representando 1,1% do montante total do crédito registado no balanço do Bank Millennium (2,4% na mesma data do ano anterior) e menos de 1% da carteira de crédito consolidada.

O crédito pessoal na atividade internacional fixou-se em 4.988 milhões de euros no final do primeiro semestre do ano corrente, registando um aumento de 263 milhões de euros face ao montante registado no final do primeiro semestre do ano anterior, impulsionado principalmente pelo crescimento registado na subsidiária polaca, beneficiando igualmente do contributo positivo da subsidiária moçambicana.

Por sua vez, o crédito a empresas na atividade internacional registou um aumento de 7,4% em comparação com os 4.659 milhões de euros registados em 30 de junho de 2024, cifrando-se em 5.004 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2025. Este crescimento foi impulsionado pela evolução positiva observada na subsidiária polaca, embora tenha sido parcialmente atenuado pela redução registada na subsidiária moçambicana.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

	Milhões de euros		
	30 jun. 25	30 jun. 24 (reexpresso)	Var. 25/24
PARTICULARES	36.928	35.447	4,2 %
Hipotecário	29.344	28.297	3,7 %
Pessoal	7.584	7.150	6,1 %
EMPRESAS	23.384	22.882	2,2 %
Serviços	9.279	8.437	10,0 %
Comércio	3.915	3.873	1,1 %
Construção	1.381	1.497	(7,7 %)
Outros	8.809	9.074	(2,9 %)
	60.313	58.329	3,4 %
do qual:			
Atividade em Portugal	41.500	39.673	4,6 %
Atividade internacional	18.813	18.656	0,8 %

³ O risco da carteira do Euro Bank S.A. encontra-se integralmente assegurado por uma entidade terceira, no âmbito das cláusulas previstas no contrato de aquisição daquela entidade.

QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO

O Banco tem implementados processos de gestão e acompanhamento da carteira de crédito, designadamente no que se refere à avaliação do perfil de risco dos diferentes portfólios/segmentos de exposição. Estes processos têm como objetivo identificar e monitorizar, de forma próxima, os clientes potencialmente mais afetados pelo contexto macroeconómico prevaiente, antecipando eventuais dificuldades de cumprimento das responsabilidades e definindo estratégias de atuação ajustadas às especificidades de cada cliente/grupo de clientes, tendo em vista quer a manutenção do apoio aos clientes considerados viáveis quer a mitigação do risco de crédito em casos em que se detém riscos de perda de valor da exposição.

O stock de NPE, em termos consolidados, diminuiu para 1.630 milhões de euros em 30 de junho de 2025, apresentando uma redução de 336 milhões de euros face ao final do primeiro semestre de 2024. Na atividade em Portugal, o stock de NPE totalizava 820 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2025, tendo sido registada uma redução de 289 milhões de euros face à mesma data do ano anterior.

O rácio de NPL há mais de 90 dias, em base consolidada, fixou-se em 1,3% no final do primeiro semestre do ano corrente, em linha com o rácio observado na mesma data do ano anterior. Por sua vez, o rácio de NPE em percentagem da carteira de crédito total, em base consolidada, diminuiu de 3,4% em 30 de junho de 2024 para 2,7% em 30 de junho de 2025. Na atividade em Portugal, o rácio de NPE em percentagem da carteira de crédito total diminuiu de 2,8% no final do primeiro semestre de 2024 para 2,0% no final do primeiro semestre de 2025.

O rácio entre a imparidade total e o stock de NPL há mais de 90 dias, em termos consolidados, evoluiu de 207,0% no final do primeiro semestre de 2024 para 174,2% em 30 de junho de 2025. O rácio entre a imparidade total e o stock de NPE mostrou um reforço em termos consolidados (84,5% no final do primeiro semestre de 2025 *vis-à-vis* 81,5% registados em 30 de junho de 2024) e um crescimento mais significativo na atividade em Portugal (93,8% em 30 de junho de 2025 *vis-à-vis* 87,4% em 30 de junho de 2024). Em 30 de junho de 2025, o rácio entre imparidade específica de NPE e stock de NPE fixou-se em 53,4% em termos consolidados (54,2% em 30 de junho de 2024) e 52,3% na atividade em Portugal (55,3% em 30 de junho de 2024).

INDICADORES DE QUALIDADE DO CRÉDITO

	Grupo			Atividade em Portugal		
	30 jun. 25	30 jun. 24 (reexpresso)	Var. 25/24	30 jun. 25	30 jun. 24 (reexpresso)	Var. 25/24
STOCK (M€)						
Crédito a clientes (bruto)	60.313	58.329	3,4 %	41.500	39.673	4,6 %
Crédito reestruturado	1.318	1.726	(23,6 %)	791	1.168	(32,3 %)
NPL > 90 dias	791	774	2,1 %	390	363	7,4 %
NPE (crédito)	1.630	1.965	(17,1 %)	820	1.109	(26,1 %)
Imparidade total do crédito (balanço)	1.377	1.603	(14,1 %)	769	970	(20,7 %)
Imparidade específica de NPE (balanço)	871	1.065	(18,2 %)	429	613	(30,0 %)
RÁCIOS EM PERCENTAGEM DO CRÉDITO A CLIENTES						
Crédito reestruturado / Crédito a clientes (bruto)	2,2 %	3,0 %		1,9 %	2,9 %	
NPL > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	1,3 %	1,3 %		0,9 %	0,9 %	
NPE / Crédito a clientes (bruto)	2,7 %	3,4 %		2,0 %	2,8 %	
Rácio NPE - EBA (inclui títulos e Extra-patrimoniais)	1,7 %	2,1 %		1,5 %	1,9 %	
GRAU DE COBERTURA POR IMPARIDADES						
Imparidade total / NPL > 90 dias	174,2 %	207,0 %		197,4 %	267,3 %	
Imparidade total / NPE	84,5 %	81,5 %		93,8 %	87,4 %	
Imparidade específica de NPE / NPE	53,4 %	54,2 %		52,3 %	55,3 %	

Nota: os NPE incluem apenas exposições do agregado crédito a clientes, tal como definido no glossário.

RECURSOS DE CLIENTES

Em 30 de junho de 2025, os recursos totais de clientes consolidados fixaram-se em 106.246 milhões de euros, apresentando um aumento de 5,5% (+5.567 milhões de euros) face aos 100.678 milhões de euros obtidos na mesma data do ano anterior, beneficiando do crescimento mais significativo registado na atividade em Portugal (+3.191 milhões de euros do que na mesma data do ano anterior) e também do aumento na atividade internacional (+2.376 milhões de euros do que na mesma data do ano anterior). A evolução dos recursos totais de clientes reflete o bom desempenho da generalidade das rubricas, sendo de destacar, nos recursos de balanço, a subida dos depósitos e outros recursos de clientes (+3.395 milhões de euros face a 30 de junho de 2024) e nos recursos fora de balanço o crescimento dos ativos distribuídos e dos ativos sob gestão (+1.292 milhões de euros e +674 milhões de euros face ao final do primeiro semestre do ano passado, respetivamente).

Os recursos de clientes de balanço consolidados ascenderam a 87.321 milhões de euros em 30 de junho de 2025, evidenciando um aumento de 3.448 milhões de euros (+4,1%) face aos 83.873 milhões de euros alcançados no final do primeiro semestre do ano anterior. Esta evolução favorável deve-se ao dinamismo registado na atividade em Portugal (+1.887 milhões de euros face a igual data no ano anterior) e também na atividade internacional (+1.561 milhões de euros face a igual data no ano anterior).

Em 30 de junho de 2025, os recursos de clientes fora de balanço consolidados, que compreendem os ativos sob gestão, os ativos distribuídos e os seguros de poupança e investimento, ascenderam a 18.924 milhões de euros, apresentando um aumento de 2.119 milhões de euros face ao valor obtido na mesma data do ano anterior. Os recursos fora de balanço registaram aumentos tanto na atividade em Portugal, como na atividade internacional (+1.304 milhões de euros e +815 milhões de euros face à mesma data do ano anterior, respetivamente).

Na atividade em Portugal, os recursos totais de clientes alcançaram 72.292 milhões de euros em 30 de junho de 2025, o que compara com 69.101 milhões de euros no final do primeiro semestre do ano anterior (+4,6%), sendo esta evolução maioritariamente justificada pelo aumento dos depósitos e outros recursos de clientes nos recursos de balanço e pelo aumento dos ativos distribuídos nos recursos fora de balanço.

Os recursos de balanço na atividade em Portugal alcançaram 56.441 milhões de euros em 30 de junho de 2025, o que compara com 54.555 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior, sendo esta evolução justificada pelo aumento dos depósitos e outros recursos de clientes (+1.833 milhões de euros face ao final do primeiro semestre do ano anterior).

Os recursos fora de balanço na atividade em Portugal registaram um aumento de 1.304 milhões de euros face ao final do primeiro semestre do ano anterior, fixando-se em 15.851 milhões de euros em 30 de junho de 2025, impulsionados pelo crescimento mais significativo nos ativos distribuídos e por um aumento menos expressivo nos seguros de poupança e investimento. Por sua vez, os ativos sob gestão permaneceram praticamente inalterados.

Na atividade internacional, os recursos totais de clientes registaram um aumento de 2.376 milhões de euros (+7,5%) face aos 31.577 milhões de euros registados em 30 de junho de 2024, fixando-se em 33.953 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2025. Este aumento foi impulsionado sobretudo pelo bom desempenho dos recursos de balanço, devido à subida dos depósitos e outros recursos de clientes e também pela evolução favorável dos recursos fora de balanço, influenciada sobretudo pelo crescimento mais significativo nos ativos sob gestão. Por geografias, o referido aumento foi impulsionado pelo crescimento registado na subsidiária polaca, ligeiramente atenuado pelo decréscimo verificado na subsidiária moçambicana.

Os recursos de balanço na atividade internacional integralmente compostos por depósitos e outros recursos de clientes fixaram-se em 30.880 milhões de euros em 30 de junho de 2025, registando um aumento de 1.561 milhões de euros face ao valor de 29.319 milhões de euros registado no final do primeiro semestre de 2024, beneficiando do dinamismo da captação de recursos na operação polaca (influenciado sobretudo pelo aumento dos recursos em moeda local e também pela valorização do zloti), embora tenha sido ligeiramente impactado pelo decréscimo registado na subsidiária em Moçambique (por efeito da desvalorização do metical, apenas parcialmente compensado pelo aumento dos recursos em moeda local).

Os recursos fora de balanço na atividade internacional registaram um aumento de 815 milhões de euros face ao final do primeiro semestre do anterior, fixando-se em 3.073 milhões de euros em 30 de junho de 2025, impulsionados principalmente pelo aumento verificado nos ativos sob gestão e também pelo acréscimo de

menor dimensão observado nos ativos distribuídos. Inversamente, verificou-se uma redução nos seguros de poupança e investimento.

Em termos consolidados, em 30 de junho de 2025, os recursos de clientes de balanço representavam 82,2% dos recursos totais de clientes (83,3% na mesma data do ano anterior), com os depósitos e outros recursos de clientes a representarem 80,9% dos recursos totais de clientes (82,0% na mesma data do ano anterior).

O rácio de transformação, que resulta do quociente entre o crédito a clientes líquido e os depósitos e outros recursos de clientes, situou-se em 68,6% em 30 de junho de 2025. O referido indicador considerando os recursos de clientes de balanço fixou-se em 67,5%. Ambos os indicadores permaneceram praticamente inalterados face aos valores registados na mesma data do ano anterior.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Milhões de euros

	30 jun. 25	30 jun. 24 (reexpresso)	Var. 25/24
RECURSOS DE CLIENTES DE BALANÇO	87.321	83.873	4,1 %
Depósitos e outros recursos de clientes	85.950	82.555	4,1 %
Débitos para com clientes titulados	1.372	1.318	4,1 %
RECURSOS DE CLIENTES FORA DE BALANÇO	18.924	16.805	12,6 %
Ativos sob gestão	6.483	5.809	11,6 %
Ativos distribuídos	7.719	6.427	20,1 %
Seguros de poupança e investimento	4.722	4.569	3,3 %
	106.246	100.678	5,5 %
dos quais:			
Atividade em Portugal	72.292	69.101	4,6 %
Atividade internacional	33.953	31.577	7,5 %

CARTEIRA DE TÍTULOS

A carteira de títulos, tal como definida no Glossário, cifrou-se em 36.428 milhões de euros em 30 de junho de 2025, evidenciando um aumento de 13,0% em relação aos 32.243 milhões de euros registados na mesma data do ano anterior, passando a representar 34,5% do ativo total no final do primeiro semestre de 2025 (32,3% no final do primeiro semestre de 2024). Este aumento resulta em larga medida da aplicação de liquidez proveniente do crescimento de recursos de clientes de balanço.

A carteira afeta à atividade em Portugal aumentou de 19.913 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2024 para 21.365 milhões de euros em 30 de junho de 2025, sendo este aumento explicado pelo reforço da carteira de dívida pública da União Europeia, espanhola e italiana, em parte anulado pela redução da dívida pública portuguesa, alemã e francesa.

A carteira de títulos afeta à atividade internacional apresentou também um aumento, evoluindo de 12.329 milhões de euros no final do primeiro semestre do ano anterior para 15.063 milhões de euros em 30 de junho de 2025, impulsionada principalmente pela atividade na subsidiária polaca, na sequência do reforço do investimento em dívida pública local e também em dívida pública de outros países da zona euro.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

Entre junho de 2024 e junho de 2025, o reforço da posição de liquidez do Grupo resultou, entre outros fatores, de um crescimento dos recursos de balanço de clientes superior ao da carteira de crédito, das emissões realizadas pelo Bank Millennium no âmbito dos requisitos MREL (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*) e do programa de obrigações cobertas, bem como do impacto favorável da rendibilidade do Grupo. Esta evolução refletiu-se positivamente nos indicadores regulamentares.

Em 30 de junho de 2025, o rácio regulamentar de cobertura de liquidez (LCR – *Liquidity Coverage Ratio*) situou-se, em base consolidada, nos 336%, acima dos 296% observados em 30 de junho de 2024, assegurando uma margem de conforto crescente face ao requisito regulamentar mínimo de 100%.

No que respeita à liquidez estrutural, o Grupo continuou a reforçar a sua base de financiamento estável, assente numa elevada proporção de depósitos de clientes — em particular do segmento de retalho — e complementada por instrumentos de financiamento de médio e longo prazo, nomeadamente através de emissões realizadas no âmbito dos requisitos MREL e do programa de obrigações cobertas do Bank Millennium.

Em 30 de junho de 2025, o *Net Stable Funding Ratio* (NSFR) fixou-se em 181%, acima dos 175% verificados em igual período do ano anterior, assegurando uma margem muito confortável face ao requisito regulamentar mínimo de 100%. O rácio de transformação de depósitos em crédito situou-se em 69% em 30 de junho de 2025, tal como na mesma data do ano anterior, refletindo uma abordagem prudente e equilibrada na gestão do balanço, e evidenciando em simultâneo uma retoma da atividade creditícia ocorrida no primeiro semestre de 2025 com origem em Portugal.

No âmbito da sua intervenção no mercado primário de dívida, o BCP alongou a maturidade da sua estrutura de financiamento *wholesale* em outubro de 2024, com a emissão de dívida sénior preferencial no montante de 500 milhões de euros, destinada ao refinanciamento de uma emissão anterior de 350 milhões de euros, em condições de mercado mais favoráveis.

Em linha com o seu Plano de Liquidez para o exercício em curso, o BCP regressou por duas vezes ao mercado no primeiro semestre de 2025: em março, com uma emissão de 500 milhões de euros de dívida subordinada (T2), em operação que refinanciou antecipadamente, com um *spread* significativamente inferior, uma emissão de 450 milhões de euros, bem como a compensação da redução do *stock* elegível de T2 resultante de uma recompra parcial efetuada através de uma operação de *Liability Management* no mesmo mês; em junho, com nova emissão de dívida preferencial de 500 milhões de euros, elegível para MREL, refinanciando antecipadamente uma emissão no mesmo montante e instrumento.

O *buffer* de liquidez elegível para desconto junto do BCE ascendia, em junho de 2025, a 32,2 mil milhões de euros, um aumento de 2,5 mil milhões de euros face ao período homólogo de 2024. Esta evolução beneficiou, entre outros fatores, da evolução do *gap* comercial, da rendibilidade da operação em Portugal e em menor grau do reforço dos portfólios de crédito elegíveis para desconto no BCE.

Desde junho de 2024, além do reforço sustentado da base de depósitos, o Bank Millennium consolidou a sua posição de liquidez com a colocação das suas emissões inaugurais de obrigações cobertas — 300 milhões de zlotis em junho e 500 milhões de zlotis em novembro de 2024 — bem como com a emissão de dívida verde sénior não preferencial em setembro, no montante de 500 milhões de euros, elegível para MREL. Já em março de 2025, o Bank Millennium regressou ao mercado com uma nova emissão de 800 milhões de zlotis em obrigações cobertas, duplicando o volume emitido neste instrumento desde o final de 2024.

O Millennium Bim manteve uma posição de liquidez sólida no primeiro semestre de 2025, sustentada por um aumento expressivo da base de depósitos em moeda local e pela consequente melhoria do *buffer* elegível junto do respetivo banco central. Esta evolução foi ainda favorecida pela redução das taxas de reservas mínimas obrigatórias, tanto em moeda nacional como estrangeira, decretadas pelo banco central do país no primeiro trimestre de 2025.

CAPITAL

O rácio CET1 estimado em 30 de junho de 2025 fixou-se em 16,4% e em 16,2% em *phased-in* e em *fully implemented*, refletindo uma variação de +16 e de -4 pontos base, respetivamente, face ao rácio de 16,2% reportado em termos *phased-in* e *fully implemented* na mesma data de 2024, confortavelmente acima dos rácios mínimos regulamentares definidos no âmbito do SREP (*Supervisory Review and Evaluation Process*) para junho de 2025 (CET1 9,58%, T1 11,50% e Total 14,07%) e em linha com os objetivos definidos no plano estratégico 2025-2028.

Os rácios estimados de junho de 2025 foram calculados ao abrigo do novo regulamento CRR3 para Risco Operacional e Risco de Crédito.

O crescimento orgânico do capital, graças ao bom desempenho da atividade recorrente em Portugal e à gestão criteriosa e proativa do capital, a qual contempla a remuneração dos acionistas, mais do que compensou os impactos relacionados com o provisionamento para riscos legais, associados a créditos em moeda estrangeira, no Bank Millennium.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

	Milhões de euros			
	30 jun. 25		30 jun. 24	
	FULLY	PHASED	FULLY	PHASED
Fundos próprios				
Common Equity Tier 1 (CET1)	6.685	6.685	6.435	6.440
Tier 1	7.175	7.175	6.924	6.929
Fundos próprios totais	8.362	8.362	8.184	8.183
Riscos ponderados	41.353	40.839	39.717	39.728
Rácios de solvabilidade				
CET1	16,2 %	16,4 %	16,2 %	16,2 %
Tier 1	17,3 %	17,6 %	17,4 %	17,4 %
Total	20,2 %	20,5 %	20,6 %	20,6 %

Nota: Os rácios de junho de 2025 são estimados, incluindo 25% dos resultados não auditados do primeiro semestre de 2025.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025

No primeiro semestre de 2025, num contexto de agravamento dos riscos associados à situação geopolítica internacional e em que, simultaneamente, se assistiu a uma certa instabilidade política em Portugal, que culminou na realização de eleições legislativas antecipadas, o BCP destacou-se pelo seu papel de apoio às empresas e famílias, pela política de proximidade, de confiança e pela qualidade dos serviços prestados aos seus Clientes.

Em 22 de janeiro de 2025, o Banco informou que o seu Conselho de Administração, em conformidade com a lei e com os normativos do Banco relativos ao Planeamento de Sucessão, aprovou nessa data a cooptação de Esmeralda da Silva Santos Dourado, como administradora não executiva independente do Banco, preenchendo assim a vaga existente no Conselho de Administração para o quadriénio 2022-2025. A cooptação foi deliberada na sequência da obtenção de autorização por parte do Banco Central Europeu para o exercício de funções e apresentada para ratificação na Assembleia Geral do Banco.

Em 10 de março de 2025, o Banco informou sobre decisão de reembolso antecipado na totalidade da emissão de obrigações 450 milhões de euros *Subordinated Fixed Rate Reset Notes due 27 March 2030*.

Em 12 de março de 2025, o Banco informou que a agência de notação financeira S&P Global subiu o *rating* da dívida sénior *unsecured* do BCP de BBB para BBB+, alterando, simultaneamente, o *Outlook* de positivo para estável.

Em 13 de março de 2025, o Banco informou sobre solicitação de ofertas para aquisição de uma emissão de obrigações T2 com vencimento em dezembro de 2027. A Oferta estava condicionada à conclusão com sucesso da emissão de uma nova série de *Subordinated Fixed Rate Reset Notes*, emitidas ao abrigo do *Euro Note Programme* do Banco num montante de pelo menos 450 milhões de euros, sujeita às condições de mercado.

Em 13 de março de 2025, o Banco informou que fixou nesse dia as condições de uma emissão de títulos representativos de dívida subordinada *Tier 2* ao abrigo do seu *Euro Note Programme*. A emissão, no montante de 500 milhões de euros, tem um prazo de 12 anos, com opção de reembolso antecipado pelo Banco durante os três meses anteriores ao final do 7º ano, uma taxa de juro de 4,75%, ao ano, durante os primeiros 7 anos (correspondente a um *spread* de 2,150% (o "*Spread*") sobre a taxa *mid-swap* de 7 anos). Para os últimos 5 anos, a taxa de juro será refixada com base na taxa *mid swaps* de 5 anos prevalecente acrescida do *Spread*. A colocação da emissão foi feita numa base diversificada de investidores institucionais no seguimento de uma rápida e bem-sucedida execução.

Em 21 de março de 2025, o Banco informou que foram apurados os resultados da oferta para aquisição da emissão 300 milhões de euros 4.50% *T2 Subordinated Fixed Rate Reset Notes due December 2027* (ISIN: PTBCPWOM0034) atualmente em circulação, que consubstanciam um montante nominal de 166,3 milhões de euros no dia 20 de março de 2025, tendo o Banco recebido ofertas válidas de venda pelos titulares das Notes no montante nominal total de 79,5 milhões de euros, tendo estas sido aceites, na sua totalidade, para compra pelo Banco.

Em 1 de abril de 2025, o Banco informou que, a partir dessa data, cessou a atribuição de *rating* pela Morningstar DBRS às Obrigações Cobertas emitidas pelo BCP. As obrigações hipotecárias emitidas pelo BCP mantêm as notações de *rating* atualmente atribuídas pela Moody's e pela Fitch Ratings, respetivamente, de 'Aaa' e 'AAA'.

Em 8 de abril de 2025, o Banco informou ter sido nesse dia aprovado um programa de recompra de ações próprias no montante global de 200 milhões de euros, equivalente a aproximadamente 2,683% da capitalização bolsista do BCP⁴. O Programa tem como objetivo, para os efeitos previstos no artigo 5.º, n.º 2, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 596/2014, a extinção das ações próprias adquiridas no seu âmbito e será implementado de acordo com as disposições do Regulamento (UE) n.º 596/2014 conforme complementado pelo Regulamento Delegado (UE) 2016/1052, tendo em consideração os termos e condições descritos, estando também condicionado aos (i) limites da deliberação adotada no ponto 6 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral de 22 de maio de 2024, conforme oportunamente comunicada ao mercado (ii) termos e condições de eventuais autorizações para aquisição de ações próprias que venham a ser aprovadas pela Assembleia Geral do BCP e (iii) termos e condições da eventual redução de capital que, para estes efeitos, venha a ser objeto de deliberação por parte da Assembleia Geral do BCP.

Em 14 de abril de 2025, o Banco iniciou o Programa de Recompra de Ações Próprias aprovado pelo Banco, de acordo com os termos e condições descritos no anúncio relativo ao início da negociação no âmbito do Programa de Recompra de Ações Próprias divulgado pelo BCP no dia 8 de abril.

Em 21 de maio de 2025, o Banco informou que a agência de *rating* Moody's melhorou o *Baseline Credit Assessment (BCA)* e o *Adjusted BCA* de 'baa3' para 'baa2'. Em consequência, a Moody's melhorou a notação de *rating* dos depósitos de 'A3' para 'A2', a notação da dívida subordinada de 'Ba1' para 'Baa3', situando-se após a revisão no nível de *Investment Grade* e afirmou a notação de *rating* da dívida sénior preferencial em 'Baa1'. O *Outlook* do *rating* dos depósitos passou para estável e manteve o *Outlook* da dívida sénior preferencial em estável.

Em 22 de maio de 2025, o Banco informou ter-se realizado a Assembleia Geral Anual de Acionistas, nas instalações do Banco e simultaneamente, por meios telemáticos, com a participação de Acionistas detentores de 66,19%% do respetivo capital social, com as seguintes deliberações:

Ponto Um - Aprovação do relatório de gestão, do balanço e das contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2024, do Relatório do Governo Societário, que inclui capítulo sobre a remuneração dos órgãos de administração e fiscalização, e do Relatório de Sustentabilidade;

⁴ Com referência ao preço de fecho registado no mercado regulamentado Euronext Lisbon em 8 de abril de 2025.

Ponto Dois – Aprovação da proposta de aplicação de resultados do exercício de 2024;

Ponto Três – Aprovação de um voto de confiança e louvor no Conselho de Administração, incluindo a Comissão Executiva e a Comissão de Auditoria, e em cada um dos respetivos membros, bem como no Revisor Oficial de Contas e no seu representante;

Ponto Quatro – Aprovação da ratificação da cooptação de administrador para o mandato 2022-2025;

Ponto Cinco – Aprovação da Política de Distribuição aos Acionistas;

Ponto Seis – Aprovação da Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização;

Ponto Sete – Aprovação da Política Interna de Seleção e Avaliação de Adequação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e dos titulares de funções essenciais;

Ponto Oito - Aprovação da redução do capital social do Banco em até € 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de euros), com a finalidade especial de execução de programa de recompra de ações próprias e de extinção de ações próprias já adquiridas ou que venham a ser adquiridas no âmbito do referido programa, envolvendo a extinção de até 755.699.497 ações próprias representativas de até 5% da totalidade de ações representativas do capital social, bem como sobre as reservas conexas, com consequente alteração do n.º 1 do artigo 4.º do contrato de sociedade;

Ponto Nove - Aprovação do aumento do capital social do Banco para €3.000.000.000, por incorporação da reserva especial que venha a ser constituída no âmbito do ponto Oito da Ordem de Trabalhos, pelo valor correspondente ao da redução do capital social daí resultante e sem emissão de novas ações, com consequente alteração do n.º 1 do artigo 4.º do contrato de sociedade;

Ponto Dez – Aprovação da alteração ao artigo 27.º n.º 2 do Contrato de Sociedade (voto por correspondência e voto por meios eletrónicos);

Ponto Onze – Aprovação da proposta de aquisição e alienação de ações e de obrigações próprias.

Em 16 de junho de 2025, o Banco informou que fixou as condições de uma emissão de títulos representativos de dívida sénior preferencial elegível para MREL (*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*) ao abrigo do seu *Euro Note Programme*. A emissão, no montante de 500 milhões de euros, tem um prazo de 6 anos, com opção de reembolso antecipado pelo Banco no final do 5º ano, um preço de emissão de 99,631% e uma taxa de juro fixa de 3,125% ao ano, durante os primeiros 5 anos (correspondente a um *spread* de 0,95% sobre a taxa *mid-swap* de 5 anos). No 6º ano, a taxa de juro resultará da soma da Euribor a 3 meses com um *spread* de 0,95%. A colocação da emissão foi feita no mercado internacional e numa base muito diversificada de investidores institucionais, sobretudo, em fundos de investimento, bancos e fundos de pensões.

RECONHECIMENTO EXTERNO

O Millennium bcp recebeu diversas distinções no primeiro semestre de 2025:

- “Escolha do Consumidor” em 2025, na categoria “Grandes Bancos” pelo quinto ano consecutivo. Para esta distinção, contribui a liderança em atributos como a “inovação” ou a “lealdade”. Entre os pontos fortes apontados pelos consumidores que participaram no estudo, destacam-se o atendimento presencial e *online* e a eficiência digital.
- Renovação em 2025 do estatuto de líder nas categorias ‘Grandes Bancos’ e ‘apps bancárias’, pelo terceiro ano consecutivo, pelo Prémio Cinco Estrelas.
- “Best Investment Bank in Portugal” pelo sétimo ano consecutivo, no âmbito dos World’s Best Investment Banks Awards atribuídos pela revista Global Finance.
- “Melhor Banco para as Finanças Sustentáveis em Portugal” em 2025 de acordo com a revista Global Finance.
- Millennium bcp integra o *ranking* do “Europe’s Climate Leaders 2024” pela quarta vez consecutiva.
- Distinguido nos Euronext Lisbon Awards 2025 nas categorias de: Equity Champion (empresa cotada com maior retorno total), Local Market Member - Equity (membro com maior valor negociado na Euronext Lisbon nesta categoria), Market Member - Bonds (membro com maior valor negociado na Euronext Lisbon nesta

categoria), Structured Finance - Warrants and Certificates (membro que gerou maior crescimento dos valores mobiliários identificados nesta categoria).

- Distinguido como Melhor Distribuidor em Portugal de Produtos Estruturados pela Structured Retail Products, instituição do Grupo Euromoney.
- Millennium bcp distinguido nos IRGA Awards (Investor Relations and Governance Awards) nas categorias de melhor CEO e melhor IRO (Investor Relations Officer).
- Millennium bcp vence Estatuto Inovadora COTEC pelo quinto ano consecutivo.
- A campanha de crédito à habitação do Millennium bcp "Nunca o zero valeu tanto" foi distinguida com o Ouro, na categoria "Banca, Finança e Seguros", dos prémios M&P Comunicação promovidos pelo jornal Meios & Publicidade.

O ActivoBank recebeu também diversas distinções no primeiro semestre de 2025:

- "Escolha do Consumidor" na categoria "Banco Digital" em 2025 pelo sétimo ano consecutivo. As avaliações independentes, que resultam da opinião dos consumidores, voltaram a destacar o reconhecimento do Banco junto do público e a fidelização dos seus Clientes.
- Prémio "Cinco Estrelas", na categoria "Banca Digital" pelo segundo ano consecutivo.

O Bank Millennium também foi distinguido no primeiro semestre de 2025:

- Bank Millennium integra o *ranking* do "Europe's Climate Leaders 2024" pela quarta vez consecutiva.
- Bank Millennium foi distinguido pelo segundo ano consecutivo como Top Employer Polska em 2025 pelo Top Employers Institute e pela 11ª vez consecutiva como Reliable Employer.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 11 de julho de 2025, o Banco informou ter sido notificado pelo Banco de Portugal, enquanto autoridade de resolução nacional, acerca da atualização do seu requisito mínimo de fundos próprios e de passivos elegíveis ("MREL" ou "*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*") conforme decisão do Conselho Único de Resolução.

A estratégia de resolução aplicada continua a ser a de um ponto de entrada múltiplo ("MPE" ou "*Multiple Point of Entry*"). O requisito MREL a cumprir pelo grupo de resolução BCP (constituído pelo Banco BCP, S.A., pelo Banco ActivoBank, S.A. e todas as subsidiárias do BCP, com a exceção do Bank Millennium S.A. e do Banco Internacional de Moçambique e suas respetivas filiais), com aplicação imediata, é de:

- 24,89% do montante total das posições em risco ("TREA" ou "*Total Risk Exposure Amount*"), a que acresce ainda o requisito combinado de reservas de fundos próprios ("CBR" ou "*Combined Buffer Requirement*"), que inclui também o "*Countercyclical Capital Buffer*" — CCyB e o "*Systemic Risk Buffer*" — SyRB, atualmente de 3,95%, assim correspondendo a um requisito total atualmente de 28,84%; e
- 6,86% da medida de exposição total ("LRE" ou "*Leverage Ratio Exposure Measure*").

Adicionalmente, o Banco informou que não está sujeito a qualquer requisito mínimo de subordinação.

De acordo com a regulamentação em vigor, o requisito MREL pode ser anualmente atualizado pelas autoridades competentes, pelo que estas metas substituem as anteriormente fixadas.

Nessa mesma data, o BCP informou que cumpria com os requisitos MREL estabelecidos, tanto em percentagem do TREA (incluindo o CBR), como em percentagem do LRE.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em baixa as projeções para o crescimento económico global, o qual deverá manter-se moderado em 2025. Nesta atualização, o FMI projeta um crescimento da atividade económica global de 2,8% em 2025, inferior à média histórica de 3,7%, e da anterior projeção de 3,3%, refletindo a persistência de incertezas políticas e comerciais. A revisão das projeções foi realizada no contexto de redefinição de taxas aduaneiras (vulgo “tarifas”) pelos Estados Unidos da América e respetivos efeitos no comércio e na atividade económica mundial.

A alteração, e subsequentes revisões, da política externa norte-americana e reações de países terceiros afetou o clima de confiança e gerou perturbação nos mercados financeiros, num contexto de incerteza ainda adensado por conflitos militares persistentes, pontuais ou latentes. A perspetiva de negociação de acordos comerciais, a atenuação de alguma tensão militar e a resiliência da atividade económica contribuíram para uma progressiva redução da volatilidade dos mercados no final do semestre. Neste período, o euro apreciou-se 13,8% em termos efetivos, face ao dólar americano.

Em junho de 2025, o Banco Central Europeu (BCE) fixou a taxa de depósito em 2,0% após oito cortes consecutivos desde junho de 2024, refletindo a estabilização da inflação e o crescimento económico moderado. Na sequência da decisão, e não obstante o BCE ter sublinhado o seu posicionamento cauteloso, subordinando futuras decisões de política monetária à evolução dos riscos para a estabilidade dos preços a prazo, as cotações de mercado registam um enviesamento a favor de uma ligeira redução adicional das taxas de juro de referência. A perspetiva de implementação de políticas públicas de suporte à atividade económica a prazo na área do euro, mormente despesa em infraestruturas e defesa, tem sido um dos fatores associados ao aumento que se tem verificado na inclinação da curva de rendimentos.

De relevar a evolução positiva do *spread* de risco de crédito soberano de Portugal. No final de junho de 2025, o *spread* da dívida portuguesa a 10 anos situava-se em 45 pontos base, abaixo dos valores registados por Espanha (65 pb), França (69 pb) e Itália (91 pb). Esta evolução reflete a perceção positiva dos mercados quanto à sustentabilidade das finanças públicas portuguesas. No primeiro semestre de 2025, as agências de notação S&P e DBRS subiram o *rating* da dívida portuguesa.

Em Portugal, no primeiro trimestre de 2025, o PIB registou uma redução, em volume, de 0,5% face ao trimestre anterior tendo subido 1,6% em termos homólogos. Para este resultado contribuíram uma redução da procura interna e das exportações de bens e serviços. Os indicadores de atividade no segundo trimestre sugerem alguma recuperação. A taxa de inflação homóloga em Portugal, segundo estimativa do Instituto Nacional de Estatística, terá sido de 2,4% em junho de 2025, o valor mais elevado em quatro meses, em parte decorrente do aumento de preços dos bens alimentares não transformados.

A economia polaca deverá acelerar em 2025, mantendo-se a inflação em valores relativamente elevados, embora numa trajetória que se antecipa de desaceleração, o que conferiu margem para que o Banco Nacional da Polónia reduzisse novamente a principal taxa de juro de referência no início de julho para 5,0%. O Banco Central projeta um crescimento do PIB de 3,7%, o que compara com o crescimento de 2,7% em 2024. A taxa de desemprego situa-se em 3,3%, uma das mais baixas da UE. A moeda polaca apreciou 0,8% face ao euro no primeiro semestre de 2025.

Para Moçambique, o FMI projeta um crescimento económico de 2,5% em 2025, face aos 1,9% de 2024, num contexto de normalização da atividade após a instabilidade experienciada no período pós-eleitoral de 2024. O Banco Central de Moçambique reduziu a principal taxa de referência para 11,0% justificando a decisão com perspetivas de estabilidade da inflação no médio prazo.

INDICADORES CONSOLIDADOS, ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

	Milhões de euros								
	Grupo			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	jun. 25	jun. 24 (reexpresso)	Var. 25/24	jun. 25	jun. 24 (reexpresso)	Var. 25/24	jun. 25	jun. 24 (reexpresso)	Var. 25/24
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
Margem financeira	1.444,1	1.397,5	3,3 %	658,8	673,3	(2,2 %)	785,3	724,3	8,4 %
Rendimentos de instrumentos de capital	0,8	0,8	7,0 %	0,0	0,0	0,0 %	0,8	0,8	7,0 %
Resultado de serviços e comissões	413,8	397,8	4,0 %	307,1	287,8	6,7 %	106,7	110,1	(3,1 %)
Resultados em operações financeiras	55,8	(5,4)	>200%	7,0	(4,7)	>200%	48,8	(0,7)	>200%
Outros proveitos de exploração líquidos	(97,6)	(72,9)	(34,0 %)	(21,6)	(25,3)	14,5 %	(76,0)	(47,6)	(59,7 %)
Resultados por equivalência patrimonial	31,0	31,6	(1,8 %)	28,5	29,0	(1,7 %)	2,5	2,6	(2,8 %)
Produto bancário	1.848,0	1.749,5	5,6 %	979,8	960,1	2,1 %	868,2	789,4	10,0 %
Custos com o pessoal	383,3	339,7	12,8 %	196,7	178,4	10,3 %	186,6	161,3	15,7 %
Outros gastos administrativos	223,4	207,9	7,5 %	105,4	100,5	4,9 %	118,0	107,4	9,9 %
Amortizações e depreciações	76,8	71,2	7,9 %	40,2	36,7	9,6 %	36,6	34,5	6,0 %
Custos operacionais	683,5	618,8	10,5 %	342,4	315,6	8,5 %	341,2	303,1	12,5 %
Custos operacionais excluindo itens específicos	680,7	616,5	10,4 %	339,6	313,4	8,4 %	341,2	303,1	12,5 %
Resultados antes de imparidades e provisões	1.164,4	1.130,7	3,0 %	637,4	644,4	(1,1 %)	527,0	486,3	8,4 %
Resultados de modificações	(5,1)	(61,0)	91,6 %	0,0	0,0	0,0 %	(5,1)	(61,0)	91,6 %
Imparidade do crédito (líq.de recuperações)	89,8	98,1	(8,5 %)	68,8	55,6	23,7 %	21,0	42,5	(50,6 %)
Outras imparidades e provisões	280,6	291,8	(3,8 %)	5,6	29,7	(81,2 %)	275,0	262,1	4,9 %
Resultado antes de impostos	788,9	679,9	16,0 %	563,0	559,2	0,7 %	225,9	120,7	87,1 %
Impostos	218,4	137,8	58,5 %	139,1	148,2	(6,2 %)	79,3	(10,4)	>200%
Correntes	45,4	71,3	(36,4 %)	3,5	8,3	(57,6 %)	41,8	62,9	(33,5 %)
Diferidos	173,0	66,5	160,2 %	135,6	139,9	(3,1 %)	37,5	(73,4)	151,1 %
Resultado após impostos de operações em continuação	570,5	542,1	5,2 %	423,9	410,9	3,2 %	146,6	131,1	11,8 %
Resultados de operações descontinuadas	0,0	0,0	0,0 %	0,0	0,0	0,0 %	0,0	0,0	0,0 %
Interesses que não controlam	68,2	56,8	20,1 %	(0,1)	(0,1)	20,9 %	68,3	56,9	20,1 %
Resultado líquido	502,3	485,3	3,5 %	424,0	411,0	3,2 %	78,3	74,3	5,4 %
INDICADORES DE BALANÇO E DE ATIVIDADE									
Ativo total	105.466	99.698	5,8 %	68.138	65.251	4,4 %	37.327	34.447	8,4 %
Recursos totais de clientes	106.246	100.678	5,5 %	72.292	69.101	4,6 %	33.953	31.577	7,5 %
Recursos de clientes de balanço	87.321	83.873	4,1 %	56.441	54.555	3,5 %	30.880	29.319	5,3 %
Depósitos e outros recursos de clientes	85.950	82.555	4,1 %	55.070	53.236	3,4 %	30.880	29.319	5,3 %
Débitos para com clientes titulados	1.372	1.318	4,1 %	1.372	1.318	4,1 %	0	0	0,0 %
Recursos de clientes fora de balanço	18.924	16.805	12,6 %	15.851	14.547	9,0 %	3.073	2.258	36,1 %
Ativos sob gestão	6.483	5.809	11,6 %	4.346	4.326	0,5 %	2.137	1.483	44,1 %
Ativos distribuídos	7.719	6.427	20,1 %	6.980	5.907	18,2 %	739	520	42,1 %
Seguros de poupança e de investimento	4.722	4.569	3,3 %	4.525	4.314	4,9 %	197	255	(22,8 %)
Crédito a clientes (bruto)	60.313	58.329	3,4 %	41.500	39.673	4,6 %	18.813	18.656	0,8 %
Particulares	36.928	35.447	4,2 %	23.119	21.450	7,8 %	13.809	13.998	(1,3 %)
Hipotecário	29.344	28.297	3,7 %	20.523	19.024	7,9 %	8.821	9.273	(4,9 %)
Pessoal	7.584	7.150	6,1 %	2.597	2.426	7,0 %	4.988	4.725	5,6 %
Empresas	23.384	22.882	2,2 %	18.381	18.223	0,9 %	5.004	4.659	7,4 %
QUALIDADE DO CRÉDITO									
Imparidade do crédito (balanço)	1.377	1.603	(14,1 %)	769	970	(20,7 %)	608	633	(4,0 %)
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito a clientes	2,3 %	2,7 %		1,9 %	2,4 %		3,2 %	3,4 %	
Stock de NPE (crédito)	1.630	1.965	(17,1 %)	820	1.109	(26,1 %)	810	856	(5,4 %)
NPE / Crédito a clientes	2,7 %	3,4 %		2,0 %	2,8 %		4,3 %	4,6 %	
Imparidade total do crédito (balanço) / NPE	84,5 %	81,5 %		93,8 %	87,4 %		75,1 %	74,0 %	
Crédito reestruturado	1.318	1.726	(23,6 %)	791	1.168	(32,3 %)	527	557	(5,5 %)
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	2,2 %	3,0 %		1,9 %	2,9 %		2,8 %	3,0 %	
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	30	34		33	28		22	46	

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

**DEMONSTRAÇÕES INTERCALARES CONDENSADAS DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024**

	(Milhares de euros)	
	30 junho 2025	30 junho 2024
Juros e proveitos equiparados	2.222.073	2.387.479
Juros e custos equiparados	(778.019)	(989.931)
MARGEM FINANCEIRA	1.444.054	1.397.548
Rendimentos de instrumentos de capital	841	786
Resultados de serviços e comissões	413.830	396.036
Ganhos / (perdas) em operações financeiras ao justo valor através de resultados	74.382	(22.239)
Ganhos / (perdas) cambiais	(10.081)	17.664
Resultados de contabilidade de cobertura	(36)	541
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados	(8.427)	(1.329)
Outros proveitos / (custos) de exploração	(125.392)	(84.298)
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	1.789.171	1.704.709
Custos com o pessoal	383.315	339.722
Outros gastos administrativos	223.444	208.555
Amortizações e depreciações	76.786	71.167
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS	683.545	619.444
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE PROVISÕES E IMPARIDADES	1.105.626	1.085.265
Resultados de modificações	(5.120)	(60.976)
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado	(108.858)	(97.102)
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(1.721)	(5.104)
Imparidade de outros ativos	(8.807)	(10.551)
Outras provisões	(250.979)	(277.144)
RESULTADO OPERACIONAL	730.141	634.388
Resultados por equivalência patrimonial	31.007	31.559
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	27.774	13.913
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	788.922	679.860
Impostos		
Correntes	(45.356)	(71.265)
Diferidos	(173.049)	(66.509)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO	570.517	542.086
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	0	0
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	570.517	542.086
Resultado líquido do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	502.276	485.282
Interesses que não controlam	68.241	56.804
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	570.517	542.086
Resultado por ação (em euros)		
Básico	0,065	0,063
Diluído	0,065	0,063

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

BALANÇOS CONSOLIDADOS INTERCALARES CONDENSADOS

EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	30 junho 2025	31 dezembro 2024	30 junho 2024
			(Milhares de euros)
ATIVO			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.043.654	5.589.030	3.710.364
Disponibilidades em outras instituições de crédito	271.492	251.157	265.887
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Aplicações em instituições de crédito	1.154.893	797.535	847.989
Crédito a clientes	55.023.464	53.907.058	53.669.864
Títulos de dívida	25.000.970	21.345.171	19.224.592
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos financeiros detidos para negociação	1.611.113	1.763.402	2.257.978
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	344.494	355.211	389.657
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	37.221	33.894	34.138
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	13.749.416	12.898.966	13.787.862
Derivados de cobertura	85.860	69.349	62.962
Investimentos em associadas	422.122	429.423	438.251
Ativos não correntes detidos para venda	75.319	45.245	53.166
Propriedades de investimento	17.402	24.183	40.107
Outros ativos tangíveis	586.089	619.146	595.839
Goodwill e ativos intangíveis	281.648	275.970	231.663
Ativos por impostos correntes	24.280	21.159	22.068
Ativos por impostos diferidos	1.968.869	2.253.457	2.462.148
Outros ativos	1.767.233	1.464.246	1.603.506
TOTAL DO ATIVO	105.465.539	102.143.602	99.698.041
PASSIVO			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Depósitos de instituições de crédito e outros empréstimos	771.720	777.719	1.161.025
Depósitos de clientes e outros empréstimos	83.967.991	82.084.687	80.539.643
Títulos de dívida não subordinada emitidos	4.265.785	3.528.710	2.788.062
Passivos subordinados	1.398.489	1.427.359	1.386.090
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Passivos financeiros detidos para negociação	252.044	179.627	193.077
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	3.353.247	3.248.857	3.333.590
Derivados de cobertura	52.184	39.041	36.749
Provisões	1.222.056	1.085.858	963.210
Passivos por impostos correntes	81.001	136.008	114.498
Passivos por impostos diferidos	6.874	7.434	5.838
Outros passivos	1.690.431	1.435.745	1.549.166
TOTAL DO PASSIVO	97.061.822	93.951.045	92.070.948
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Prémio de emissão	16.471	16.471	16.471
Outros instrumentos de capital	400.000	400.000	400.000
Reservas legais e estatutárias	464.659	384.402	384.402
Títulos próprios	(127.551)	0	0
Reservas e resultados acumulados	2.983.459	2.387.592	2.302.206
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco	502.276	906.378	485.282
Interesses que não controlam	1.164.403	1.097.714	1.038.732
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	8.403.717	8.192.557	7.627.093
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	105.465.539	102.143.602	99.698.041

GLOSSÁRIO

Ativos distribuídos – montantes detidos por clientes no âmbito da colocação de produtos de terceiros que contribuem para o reconhecimento de comissões.

Carteira de títulos – títulos de dívida ao custo amortizado não associados a operações de crédito (líquido de imparidade), ativos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo os montantes relacionados com operações de crédito e os derivados de negociação), ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos com acordo de recompra.

Comissões líquidas - resultados de serviços e comissões.

Crédito a clientes (bruto) – crédito a clientes ao custo amortizado antes de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade e crédito a clientes ao justo valor através de resultados antes dos ajustamentos de justo valor.

Crédito a clientes (líquido) – crédito a clientes ao custo amortizado líquido de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito líquidos de imparidade e valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados.

Crédito performing – crédito a clientes bruto deduzido de *Non-performing exposures* (NPE).

Custo do risco, líquido (expresso em pontos base) – quociente entre a imparidade do crédito (demonstração de resultados) contabilizada no período e o saldo do crédito a clientes ao custo amortizado e dos títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade no final do período.

Custos operacionais – custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações e depreciações.

Débitos para com clientes titulados – emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Depósitos e outros recursos de clientes - depósitos de clientes e outros empréstimos ao custo amortizado e depósitos de clientes ao justo valor através de resultados.

Gap comercial – diferença entre o crédito a clientes (bruto) e os recursos de clientes de balanço.

Imparidade do crédito (balanço) – imparidade de balanço associada ao crédito ao custo amortizado, imparidade de balanço relacionada com os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e os ajustamentos de justo valor associados ao crédito a clientes ao justo valor através de resultados.

Imparidade do crédito (demonstração de resultados) – imparidade (líquida de reversões e de recuperações de crédito e juros) de ativos financeiros ao custo amortizado para crédito concedido a clientes e para títulos de dívida associados a operações de crédito.

Non-performing exposures (“NPE”) – crédito a clientes (inclui crédito a clientes ao custo amortizado, crédito a clientes ao justo valor através de resultados e, a partir de 2023, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade) vencido há mais de 90 dias ou crédito com reduzida probabilidade de ser cobrado sem realização de colaterais, se reconhecido como crédito em *default* ou crédito com imparidade.

Non-performing loans (“NPL”) - crédito a clientes (inclui crédito a clientes ao custo amortizado, crédito a clientes ao justo valor através de resultados e, a partir de 2023, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade) vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado.

Outras imparidades e provisões – imparidade (líquida de reversões) de aplicações em instituições de crédito classificadas ao custo amortizado, imparidade para ativos financeiros (classificados ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado não associados a operações de crédito), imparidade para outros ativos, nomeadamente de ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com Clientes, de investimentos em associadas e de *goodwill* de subsidiárias e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos – outros proveitos/(custos) de exploração e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos – rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Produto bancário – margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Proveitos Core (*Core income*) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas.

Rácio de eficiência core (cost-to-core income) – rácio entre os custos operacionais e o *core income*.

Rácio de eficiência (cost-to-income) – rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

Rácio de transformação (Instrução BdP n.º 16/2004) – rácio entre o crédito a clientes (líquido) e os depósitos e outros recursos de clientes.

Rácio loan to value (“LTV”) – rácio entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação do imóvel.

Recursos de clientes de balanço – depósitos e outros recursos de clientes e débitos para com clientes titulados.

Recursos de clientes fora de balanço – ativos sob gestão, ativos distribuídos e seguros de poupança e investimento subscritos pelos clientes.

Recursos totais de clientes – recursos de clientes de balanço e recursos de clientes fora de balanço.

Rendibilidade do ativo médio (“ROA”) – relação entre o resultado após impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período). Em que: Resultado após impostos = [Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco + Resultado líquido do exercício atribuível a Interesses que não controlam].

Rendibilidade do ativo médio (Instrução BdP n.º 16/2004) – relação entre o resultado antes de impostos e de interesses minoritários e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período).

Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”) – relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco, deduzido dos cupões do ATI (caso existam), e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = Capitais próprios – Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza - Interesses que não controlam.

Rendibilidade dos capitais próprios médios (Instrução BdP n.º 16/2004) – relação entre o resultado antes de impostos e de interesses que não controlam e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período).

Rendibilidade dos capitais próprios tangíveis (“ROTE”) - relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco, deduzido dos cupões do ATI e da imparidade do *goodwill* (caso existam), e os capitais próprios médios excluindo o *goodwill* e os ativos intangíveis (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = Capitais próprios – Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza - Interesses que não controlam.

Rendimentos de instrumentos de capital – dividendos e rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e rendimentos de ativos financeiros detidos para negociação.

Resultado operacional core (Core operating profit) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

Resultados antes de imparidades e provisões – produto bancário deduzido dos custos operacionais.

Resultados em operações financeiras – ganhos/(perdas) em operações financeiras ao justo valor através de resultados, ganhos/(perdas) cambiais, resultados de contabilidade de cobertura e ganhos/(perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados.

Resultados por equivalência patrimonial – resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer alguma influência, não detém o controlo das políticas financeira e operacional.

Seguros de poupança e investimento – contratos de operações de capitalização, seguros ligados a fundos de investimento (“*unit linked*”) e planos de poupança (“PPR”, “PPE” e “PPR/E”).

Spread - acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante utilizado pelo Banco na concessão de financiamento ou na captação de fundos.

Taxa de margem financeira (“NIM”) – relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total dos ativos geradores de juros.

Títulos de dívida emitidos – títulos de dívida não subordinada ao custo amortizado e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (empréstimos obrigacionistas e certificados).

Volume de negócios – corresponde ao somatório entre os recursos totais de clientes e o crédito a clientes (bruto).

Disclaimer

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002, considerando a versão vigente.

A informação contida neste documento tem carácter meramente informativo, devendo ser lida em harmonia com todas as outras informações que o Grupo bcp tornou públicas.

As demonstrações financeiras consolidadas condensadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 - Relato Financeiro Intercalar (IAS 34) tal como adotada pela União Europeia.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros seis meses de 2025 e de 2024 não foram objeto de auditoria.